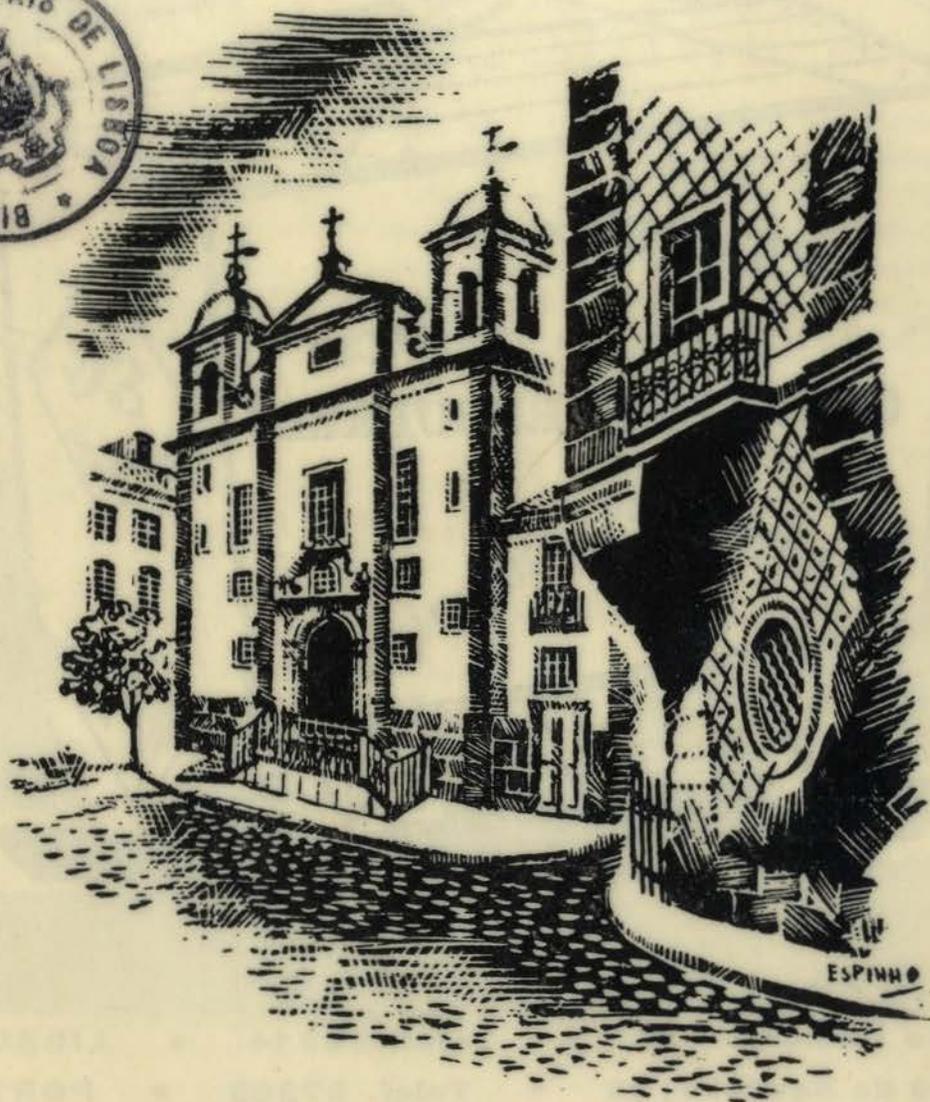


Oferta
27. JUL. 1960

OLISIPO

BOLETIM
TRIMESTRAL
DO GRUPO

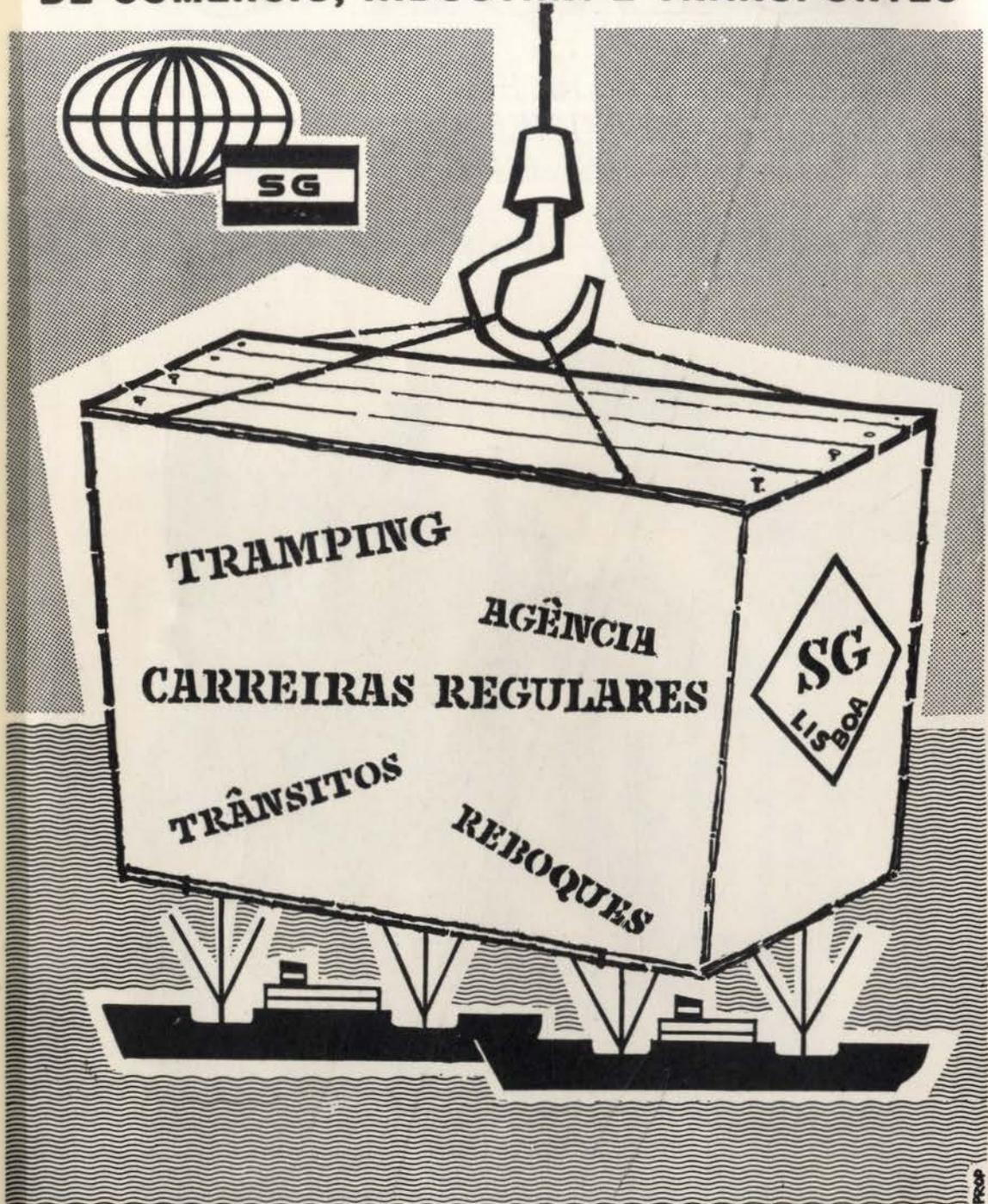
“AMIGOS DE LISBOA”



ANO XIII — N.º 89 — JANEIRO-1960

SOCIEDADE GERAL

DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES



Rua do Comércio, 39 • Telef. 26314 • LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 82 • Telef. 27363 • PORTO

PAINÉIS DE AZULEJOS com *Imagens e Cenas Religiosas*

LOUÇAS DECORATIVAS, SANITÁRIAS E DOMÉSTICAS — AZULEJOS PARA TODAS AS APLICAÇÕES

Agentes:

LISBOA

R. Rodrigo da Fonseca, 70, r/c., E. — Tel. 54872

PORTO

Galeria de Paris, 96, 1.º — Tel. 27012

FÁBRICAS A L E L U I A

AVEIRO

Telefones 22, 806 e 807

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvária, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
**Rua Augusta, 161 — Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

●
**Rua Sá da Bandeira, 166 — Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

B. DIAS & DIAS, LDA.

OFICINA DE TORNEIRO DE METAIS

INSTALAÇÕES PARA ÁGUA E GÁS

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras.
Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios
e banheiras de esmalte e zinco, esquentadores a gasolina e gás. Candeeiros para

gás e electricidade, camisas e chaminés de todas as qualidades. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Colocação de bombas e consertos.

Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria

Rua Nova da Trindade, 11-F Telef. 22648 • LISBOA

CRISTÁLIA DE ARTE

de *JOAO BARREIRA, ALVES & DAMAS, LDA.*

Oficina de: Biselagem, Espelhagem, Gravura e Fosagem / Colocação de vidros em montras e obras em Lisboa e Província

Discos para candeeiros / Vitrais para jazigos / Interruptores / Pára-briza / Portas de automóveis / Molduras / Espelhos / Vidraça / Vidro pulido Nacional e Estrangeiro

Largo da Graça, 26 e

Av. Marquês de Tomar, 51-55 - Tel. 86 03 37 LISBOA

FRANCISCO SOARES DA SILVA

Limitada

PASSAMANARIAS

DESDE

1 8 4 0

Travessa da Fábrica dos Pentos, 4-A

LISBOA

ALBANO DE SOUSA & BARBOSA, LDA.

LIVRARIA PAPELARIA

Material Escolar / Equipamento para Escritório / Grande sortido em canetas e lapiseiras das melhores marcas / Assistência Técnica / Sortido sem paralelo em Álbuns para Fotografias

Visite a nossa casa (50 anos de existência)

INSTALAÇÃO PROVISÓRIA

Largo Martim Moniz - Pavilhão das Ourivesarias - Loja n.º 2 — LISBOA

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

José Maria de Noronha Feyo

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães

PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO. RODRIGUES & BRITO, LDA.

Pincéis, telas, tintas de óleo, aguarelas e guaches das melhores marcas nacionais e estrangeiras

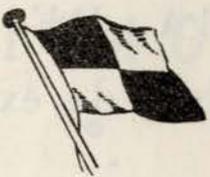
LISBOA, 2 — 42, Praça de Luís de Camões, 43 — TEL. 2 30 63

Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA — Telefones 2 30 21 e 2 30 26
Sucursal: R. Infante D. Henrique, 63 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

UMA FROTA AO SERVIÇO DA NAÇÃO E DO IMPÉRIO

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.		Navios de carga	Tons. desloc.	Tons. D. W.
Moçambique	9.423	18.220		Sofala	12.145	18.520
Angola ...	9.550	18.250		Moçâmedes ..	9.120	12.990
Niassa ...	9.706	16.330		Rovuma	9.120	12.990
Quanza ...	6.230	11.550		S. Tomé ..	9.050	12.550
Índia	6.655	11.677		Nacala	3.370	5.130
Timor ...	6.655	11.677		Tagus	1.532	2.581
Zambézia ...	1.857	3.538		Chinde	1.543	2.592
Lúrio	1.857	3.538		Angoche ..	1.630	2.320
Save	1.330	2.680				

Em construção:

Príncipe Perfeito — 20.000

VISTA ALEGRE

PORCELANAS

Continua lembrando o nome de
PORTUGAL no Mundo

LARGO DO CHIADO, 18 — RUA IVENS, 19 — LISBOA

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXIII

JANEIRO DE 1960

NÚMERO 89

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita

SUMÁRIO

A PROPÓSITO DE ALFAMA por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	3
AS ANTIGAS PORTAS DE S. LOURENÇO, DA ALFOFA E DE S.º ANDRÉ por <i>Ferreira de Andrade</i>	11
O PALÁCIO BARCELINHOS E O SEU ANTECESSOR, O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA por <i>Mário Costa</i>	37
ÚLTIMAS PALAVRAS PROFERIDAS PELO VEREADOR DOUTOR EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES na Secção da Ex.ª Câmara Municipal de Lisboa de 17 de Dezembro de 1959 (última do seu mandato 1955/59) ...	47
ACTIVIDADE CULTURAL	51
FEIRA DA LADRA	53
ACÇÃO CULTURAL durante o ano de 1959	56
CAPA: Igreja de S. Cristóvão - Desenho de <i>J. Espinbo</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

VISTA ALEGRE
 1911

DIRETORIA
 Presidente: Sr. ...
 Vice-Presidente: Sr. ...
 Secretario: Sr. ...
 Tesoureiro: Sr. ...

RESOLUÇÃO Nº ...

Nº	Descrição	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

VISTA ALEGRE
 1911

RESOLUÇÃO Nº ...

A PROPÓSITO DE ALFAMA

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

DE há uns tempos a esta parte voltou a falar-se, com certa insistência, na necessidade de serem levados a efeito, com vistas à sua revalorização, certos alindamentos no velho bairro de Alfama. Dizemos que se volta a falar porquanto já em 1852 e no começo deste século insistentemente se proclamou ser indispensável melhorar Alfama, para o que se aventaram demolições e alargamentos. O pretexto era então — concordemos que de certo modo fundamentado — o baixo nível sanitário daqueles sítios. Hoje... invoca-se o turismo, forma prática de mascarar o fetichismo da picareta...

Não temos dúvida em confessar que só a ideia de que se tenciona ou pretende ali mexer nos preocupa, porque tememos — os exemplos infelizmente não escasseiam e estão bem à vista — que se vá estragar de forma irremediável quanto, no final de contas, só carece de ser criteriosa e carinhosamente conservado.

Mas o que se entende por revalorização de Alfama?

A tal pergunta será muito capaz de nos responder algum técnico-paisagista que, tendo em vista as características funcionais do local, o terreno e o clima, revalorizar Alfama será abrir por lá umas clareiras, em socalcos, e nelas espalhar largamente frescas placas arrelvadas, muito bem bordadinhas a muretes de pedra cor-de-rosa, tudo salpicado, com mão sábia, de uns quantos choupos, evidentemente entremeados de uns maciços de espécies arbustivas e subarbustivas, a dar sainete...

Se for, porém, qualquer esteta de aptidões múltiplas quem se dispuser a responder à nossa interrogação, dir-nos-á, muito possivelmente,

que o problema do arranjo de Alfama nada tem que ver com paisagens. A questão ali é pura e simplesmente de ordem architectónica e, portanto, o que se impõe é proceder à sua monumentalização depois de varrido todo o pires e sórdido que por lá se estadeia...

Mas se ouvirmos a opinião de um urbanista, destes de espírito arrojado e que traçam coisas lindas na prancheta, que depois de postas em prática representam botas muito difíceis de descalçar, esse pronto nos dirá, muito senhor de si e da prevalência da técnica, que a solução aconselhável, e mais de harmonia com as carências de uma urbe em pleno desenvolvimento, é a de transformar aquilo tudo segundo as mais modernas concepções da arte de bem urbanizar. E, então, puxando do lápis e de uma planta do local, procurará demonstrar quanto ganhará Alfama se for cortada de lés a lés por meia dúzia de avenidas, afuniladas nos extremos para melhor escoamento do trânsito, providas de abundantes refúgios para automóveis e de micropasseios para os peões e ladeadas por uns prédioszitos a fingir envergonhadamente de arranha-céus... A compor o conjunto — provisório, bem entendido, até que se concluem os estudos e os projectos definitivos — uns tapumes muito bem acabadinhos, e impecavelmente alinhados e pintados...

Não nos causará espanto que, na ânsia de pretender melhorar Alfama, apareça por aí quem nos venha dizer que os tarecos alfamistas — apesar de provirem de boa estirpe alfacinha — não têm classe nem *pedigree* susceptíveis de bem impressionar turistas de qualidade. Necessário, por isso, proceder ao seu extermínio, o que, além do mais, poderá constituir uma razoável fonte de receita...

Previendo tal hecatombe há já quem proponha — para perpetuar a memória de tão simpáticos bichanos — a erecção num logradouro de Alfama de uma fonte-monumento na qual, em bronze, se reproduzirão aqueles felinos em todas as atitudes e posições que lhes são mais peculiares. Não esquecendo, é claro, a bem característica da utilização e do tapar da covinha...



Mas, na verdade, carece Alfama de revalorização ou alindamentos? Alfama constitui indiscutivelmente um caso ímpar. Deixará de o ser no dia em que se meterem a transformá-la. E aniquilarão assim o que Lisboa ainda conserva de mais típico e de mais evocativo dos tempos idos.



Casa típica no Largo de S. Miguel



View of the State of the World

O interesse de Alfama assenta principalmente no intrincado da sua topografia, na diversidade de planos por onde se estende, na estreiteza de seus arruamentos, na vetustez e pitoresco das casas, constituindo tudo um ambiente bizarro, liberto de artifícios, de técnicas esmeradas e convencionais. Ali, até mesmo o que possa ser mau tem carácter.

Tudo quanto no velho bairro evoca, a cada passo andado, a Lisboa arcaica, desde as ruas tortuosas e características para onde se abrem becos, bem pouco mais largos que meia dúzia de palmos, às casas de ressalto ou de empenas em bico com seus nichos e registos de azulejos, às empinadas escadarias ou aos logradouros acanhados, aos velhos palácios aristocráticos, nada é susceptível de ser transformado, alindado ou valorizado sem que o seu pitoresco inextinguível e o seu real valor arqueológico corram sério risco de ser grave e irremediavelmente afectados.

Já dissemos que as tentativas de arranjo de Alfama vêm de longe. Por isso Mestre Júlio de Castilho ao escrever uma das suas obras de fôlego — *A Ribeira de Lisboa* — deixou dito:

«Não admito (salvo o devido respeito) que melhorar a Alfama seja cortá-la de avenidas e alastrá-la de largos. Alfama é um livro interessantíssimo, que a picareta moderna profanaria ignôbilmente...»

.....

«Quem possui um precioso manuscrito truncado, roto, do século XIV, com iluminuras em volta das margens e letras iniciais ainda doiradas, não o manda intercalar de páginas em tipo Didot, impressas em velino alemão, nem o entremeia de caricaturas de Gavarin, nem o manda encadernar em chagrin com doirados em estilo Império.

Alfama é o nosso manuscrito; não o profanemos.»

Dissemos também mais atrás que só a ideia de que se projecta mexer em Alfama nos causava temor. Não temos dúvida em repeti-lo, como não hesitamos em declarar que nada nos custa reconhecer que à frente do nosso primeiro município têm estado elementos gestores bem intencionados e de boa vontade. Mas temos a impressão de que tais boas intenções e boas vontades têm, por vezes, sido ultrapassadas.

Todos nós, pelo menos aqueles que interessadamente se debruçam sobre a vida da cidade, presentimos na acção municipal a existência de certos desfasamentos, notamos que algumas realizações caminham hesitantes e outras deixam, justificadamente, supor que o improvisado a elas não é estranho.

Lisboa é hoje uma grande cidade, a braços com uma crise de crescimento da qual deriva lógicamente uma série de problemas que, atendendo à sua complexidade, nível de grandeza e especialização, exigem uma estruturação de serviços cujo ritmo produtivo se traduza por estudos e realizações de que o bom senso, o bom gosto, o respeito pelas tradições e a real utilidade não andem de todo arredios.



Um recanto a Santo Estêvão

São de uma flagrante oportunidade, e merecem ser meditadas por certos responsáveis, as palavras que a seguir transcrevemos, extractadas de um discurso do Ministro da Presidência, Sr. Dr. Pedro Teotónio Pereira, proferido aquando da recente inauguração do Hotel Ritz:

«Merecemos que nos visitem e sabemos em geral corresponder ao esforço dos que vêm até nós. E acrescentarei que tudo se prepara para fazer do turismo — num futuro muito próximo — uma das nossas principais fontes de divisas.

Estamos porém em grande risco de estragar muita coisa do que a natureza e as passadas gerações nos legaram.



Cruzeiro no adro de Santo Estêvão

Portugal é um país — à sua maneira — cheio de carácter. São os estranhos ou aqueles que — como eu — viveram longe muitos anos, que mais concreta e convictamente podem assinalar o que possuímos de próprio e preciosamente atraente. São também esses que mais se ressentem e mais se escandalizam com os

vandalismos da modernização barata ou simplesmente vulgar que a torto e a direito vai aparecendo pelo país fora.

Há lugar para tudo: para o antigo e para o moderno.»

★

Mas voltemos a Alfama.

Ignoramos a existência de estudos ou de projectos que digam respeito à sua tão falada carência de revalorização. Do que temos a certeza, porém, é de que o velho bairro não pode, seja sob que pretexto for, servir de campo experimental. Nem para paisagistas ou estetas, nem para urbanistas ou arquitectos. Há ainda muito espaço livre por essa cidade fora onde possam dar largas às suas fantasias...

Deixem Alfama em paz tal como ela é, porque assim é que tem pitoresco e carácter. E quando puserem a girar o disco do turismo lembrem-se de que para o verdadeiro turista, para o que sabe ver e apreciar, Alfama tem muito mais interesse com todas as suas supostas insuficiências do que têm certas realizações canhestras com que, cada vez mais, se vai topando por essa cidade em fora.

Para nós — que nos julgamos com o direito de manifestar a nossa opinião — o problema de Alfama, se é que de facto problema existe, resolve-se muito simplesmente com agulheta e brocha de cal...



As Antigas Portas de S. Lourenço, da Alfofa e de S.^{to} Andrié

por FERREIRA DE ANDRADE

POUCAS existem já. Presença secular da Lisboa primitiva e da cidade fernandina uma ou outra torre das velhas muralhas elevam-se ainda em redor do burgo altaneiro da vetusta alcáçova.

Das portas coevas da conquista, nenhuma existe já; da cinta de muralhas com que, mais tarde, a envolveu D. Fernando, ergue-se, contudo, ainda, o Arco do Marquês de Alegrete, sucessor, na estrutura seiscentista, da primitiva Porta da Mouraria.

★

Na Costa do Castelo, cintura envolvente do morro castrense, existiram, durante séculos, três das principais portas da cidade.

No troço da muralha fernandina, sobranceiro ao actual palácio dos Condes de Castelo Melhor e que tinha sua inserção numa das torres das muralhas do Castelo, erguia-se a Porta de S. Lourenço. Da sua existência somente perdura o *bulhão* da couceira do desaparecido arco e alguns vestígios das pedras que formavam o seu início. A torre, a que ele se encostava, foi, há poucos anos, liberta das várias malfeitorias dos homens e do tempo, com a demolição de alguns prédios, e reconstrução das muralhas e o coroamento parcial do parapeito e de ameias.

Os nomes por que, através das primeiras centúrias, esta porta foi conhecida, advieram sempre da existência dos edifícios que se erguiam perto: *Porta ou postigo de S. Lourenço*, invocação do templo que ainda hoje ali subsiste; da *Rosa*, pela proximidade com o desaparecido

convento; de *Afonso Nogueira*, sem dúvida, talvez, o mais antigo, denominação que proveio do nome do proprietário do primitivo palácio dos Viscondes de Vila Nova da Cerveira (hoje Castelo Melhor) — o cavaleiro Afonso Eanes Nogueira.

Em 1625, receosos os Governantes do Reino de uma invasão inglesa à cidade, ordenaram, cautelosamente, profundos trabalhos de defesa das muralhas. Uma das obras de fortificação seria o entaipamento de algumas das portas. Esta, de S. Lourenço⁽¹⁾, foi das primeiras condenadas.

Em 1650, sendo presidente do Senado D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre, de novo a porta de S. Lourenço esteve sentenciada. No auto da vistoria, então elaborado pelo architecto da cidade, Mateus do Couto, lê-se que o postigo, *por não ter portas, seria tapado*⁽²⁾.

Resistiu, porém, meio século ainda. Depois do ano de 1700, diz-nos Frei Apolinário da Conceição⁽³⁾, *se demoliu*. Em 1750 acrescenta: «inda della se reconhece certo vestigio na tal torre, e defronte a continuação do muro».

★

Correspondente a esta porta rasgava-se, no sentido oposto da rua, no troço da muralha moura que descia a caminho das Portas do Mar, uma outra porta da cidade: a da Alfofa.

Passagem quase obrigatória para quem, da parte baixa da cidade, se dirigia aos Paços da Alcáçova, este arco da velha Lisboa foi testemunha dos grandes acontecimentos históricos dos primeiros séculos da urbe.

Sobre o vocábulo tergiversam as opiniões. Frei João de Sousa, sábio arabista, diz-nos que a palavra significa *ameixieira*, em oposição à do seu próprio anotador Frei José de Santo António, que a traduz por *fresta ou postigo*, derivando-a, assim, de *Algoga* ou *Alhola*. De opinião diferente é, porém, o professor David Lopes, que nos elucida significar a palavra *Alfofa*, *porta que deita para um beco ou travessa*.

Impossível é hoje localizar-se precisamente onde se abriram as portas da Alfofa, referidas já na carta atribuída a Osberno, muito embora ainda existam vestígios da torre sul, à qual ela se encostaria, na empena do prédio que torneja da Rua do Milagre de Santo António para as Escadinhas de S. Crispim.

(1) *Elementos*, vol. III, pág. 165.

(2) *Idem*, vol. V, pág. 202.

(3) *Demonstração Histórica*, pág. 191

Diz-nos Mestre Vieira da Silva⁽⁴⁾ ser «provável que tivesse havido uma outra torre da banda do norte, fronteira á existente, ladeando esta primitiva porta da cerca».

Certa seria, de facto, a existência duma torre, ou mesmo de um pequeno lanço de muralha que a ligaria ao Castelo, como aliás no-la mostra a própria vista *Olissipo*, da obra de Jorge Bráunio, troço e torre que os constantes movimentos de terras teriam soterrado. Sabido é também que o perigo de desmoronamento era tal que, apesar das diligências feitas no reinado de D. Manuel — a que já aludimos — para a construção nesta encosta, quaisquer obras de edificações no local se foram protelando. Do Arquivo Municipal⁽⁵⁾ consta, a propósito de uma petição do desembargador Sebastião Pereira de Castro, proprietário então do prédio (do qual adiante falaremos) que se ergue na Costa do Castelo, sobranceiro ao palácio de Tancos, que o Senado, *em exec^{am} da resolução do Snr. Rey D. Manoel fez m^{ce} aos Relligiosos do Conv^{to} de Sta Maria das Nevez de Montejunto do cham q̄ discorre desde as portas de Alfofa entre a praça de armas do Castello e o muro q̄ entesta com a sua propriedade* (dele, Sebastião Pereira de Castro).

O certo é que em 1754 não tinham os religiosos levantado ainda qualquer edificação, muito embora, em 1742, houvessem exposto à Câmara a necessidade de construir *hum Hospicio nesta cid^e p^a as occsiões das Missões em que os d^{os} Religiosos se exercitão* e, assim, desejavam edificar no *pedaço de chão baldio que discorre por baixo da Praça de Armas, o qual he inutil á cid^e não servindo mais que de fazer gra^{de} despeza ao Senado como fez há poucos annos na reedificação do muro que sustenta a torre d^e chão que hé muito alcantilado*.

Não autorizou a Câmara a referida edificação? Desistiram os religiosos do Santíssimo Rosário do Monte Junto?

Não o sabemos. Diz-nos a petição de Sebastião Pereira de Castro que, em 1754, os religiosos já não queriam *levantar o hospicio*, pelo que solicitava do Senado o aforamento do *d^o chão na forma determinada pelo Rey D. M^{el} no q̄ o Senado tem interesse de não fazer a grande despeza de reparar o muro q̄ está ameaçando ruina*.

O Senado aforou os terrenos, mas um ano volvido o terremoto de 1755 transformou toda a encosta num montão de escombros⁽⁶⁾.

Um mês depois do monstruoso cataclismo desmoronava-se ainda a encosta.

A 4 de Dezembro um soldado que por ali passava ficou soterrado sob os decombros da *parede que cahio junto das portas da Alfofa*⁽⁷⁾.

Passaram os anos; em todo aquele terreno não mais se edificou.

(4) *A cerca Moura de Lisboa*, pág. 64.

(5) Caixa de Foros.

(6) Todo este local fora sempre, por inculto, sujeito a vasadouro público. Em 1439 foi ordenado que se puzesse fogo ao monturo da porta da Alfofa. (*Elementos*, vol. XII, pág. 587).

(7) *Livro 4.º de Óbitos*, fl. 12 (Freguesia do Castello).

Qual a configuração architectónica das portas da Alfofa? Refere-se o Tombo da cidade (levantado após o terremoto) à existência *por cima do arco*, formado pelas portas, de uma casa, a qual tinha *passadizo por cima dela para a rua que vai para o arco do Mira* (rua que discorria, então, entre as actuais Escadinhas de S. Crispim e a Rua da Saudade⁽⁸⁾).

A existência, de facto, de uma moradia sobre as portas da Alfofa é confirmada por uma consulta da Câmara, de 12 de Fevereiro de 1677⁽⁹⁾, na qual, a propósito de um incêndio que houve no local, se fala das casas de Belchior do Rego de Andrade⁽¹⁰⁾, casas estas adquiridas pelo Deão de Lamego, D.^o de Andrade Leitão, em 1659⁽¹¹⁾.

Através da mesma consulta verifica-se ainda que o arco formado pelas portas era bastante estreito e que, ao contrário do que poderá parecer, não abria directamente para a Costa do Castelo — cujo leito actual, desde a Calçada Marquês de Tancos, está sensivelmente a dois metros acima do nível primitivo⁽¹²⁾ — mas que, obliquava para as actuais Escadinhas de S. Crispim. Se não vejamos. Diz a consulta: *para esta serventia* (das portas da Alfofa aos Lóios) *ficar na forma conveniente he necessar^o q̄ se faça hũ arco em as portas da Alfofa, q̄ sayá direito á Costa do Castelo porq̄ pla mesma porta da Alfofa q̄ hoje é serventia, fica hua volta muito apertada e em hua ladeira muito aspera, etc.*

★

Alguns anos depois do terremoto continuaram a existir casas junto das portas da Alfofa. Dos seus moradores nos falam, ainda em 1803⁽¹³⁾, os registos paroquiais⁽¹⁴⁾.

Frei Apolinário da Conceição, na *Demonstração Histórica*⁽¹⁵⁾, etc., diz-nos que *havia sobre a porta hum grave e bem armado nicho com hroma linda imagem de Santo António e no painel de azulejo que guarnece a parede da parte esquerda olhando-se para o Santo este representando o livrar seu Pay, etc...*

(8) Ler o nosso trabalho *A Freguesia de Santiago*.

(9) *Livro IV de cons. e decretos do príncipe D. Pedro*, fl. 441.

(10) Faleceu neste prédio, em 2 de Março de 1738 (*História das Ordens Monasticas*), tomo I, pág. 152, de Manuel Bernardes Ribeiro.

(11) *Index dos Tabeliães*, tomo III, pág. 7.

(12) O actual cano de esgoto corre acima da primitiva rua (de basalto) *Arquivo Municipal*, processos de obras.

(13) *Livro 7 de Bapt.*, fl. 22 v., de S. Martinho.

(14) Em 1784 morava às portas da Alfofa o Dez. Manuel António Serpa Osório (*Livro VI de Bapt.*, fl. 40, de S. Martinho).

(15) Pág. 187.

Dobrados os primeiros decénios após o terremoto grande, desobstruída a comunicação entre as demolidas portas da Alfofa e o Largo dos Lóios, então já delineado no seu aspecto actual, o pequeno troço que discorria em seguimento da Costa do Castelo passou a designar-se, como hoje, «Rua do Milagre de Santo António», topónimo que adveio da existência do tal registo de azulejo.

Segundo informação colhida por nós dos antigos moradores do local, ainda existia em 1911, na parede do quintal sobranceiro àquela artéria, uma pequena legenda que rememorava o milagre do Taumaturgo. O nicho e uma cruz — *a cruz da porta da Alfofa* — ainda ali se mantinham em 1838. Testemunha-o, no *Panorama*, António Joaquim Moreira.

Hoje, nada já nos recorda a existência dessas portas da velha cidade. Demolidas todas aquelas pedras, as seculares lápidas romanas, que subsistiram durante séculos, e bem assim, o nicho com a imagem do popular e venerado Santo português e ainda o registo de azulejo representativo do milagre, tudo, tudo o tempo desfez e a mão do homem destruiu.

★

Do lado oposto da Costa do Castelo, na confluência com a Calçada de Santo André, existiu, até princípios do século, um outro arco — o Arco de Santo André. Deste ainda se recordam muitos dos lisboetas, assim como das questiúnculas, artigos, conferências e coplas de revista a que a sua demolição deu motivo. Mais uma das velhas portas fernandinas que o camartelo do desenvolvimento da urbe condenou.

O seu nome nasceu da evocação do templo que perto se erguia. Mas outros topónimos lhe foram atribuídos, como o de *Ave Maria* (postigo da Ave Maria) derivado do Morgadio do mesmo nome, ao qual o palácio contíguo estava vinculado e cujo brasão ostenta ainda essas duas palavras.

Embora a planta de Tinoco nos mostre o arco com dois vãos de porta, semelhante à da Alfofa, Vieira da Silva⁽¹⁶⁾ duvida dessa estrutura. Sabido é que, pelo menos em 1650, *tinha portas com ferrolhos e fechadura*⁽¹⁷⁾ e sobre o arco erguia-se um passadiço e uma inscrição análoga à que ainda hoje existe no arco Marquês de Alegrete, alusiva ao Mistério da Conceição da Virgem.

Anos atrás, em 1625, tal como o de S. Lourenço, foi condenado a desaparecer. A vistoria então feita aos muros da cidade opinava pelo seu entaipamento. Tal não aconteceu, porém.

⁽¹⁶⁾ *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. II, pág. 41.

⁽¹⁷⁾ *Vistoria de 1650 (Elementos, tomo V, pág. 202)*.

Sem atingir, claro está, a gravidade dos tempos actuais, o problema do trânsito começou a surgir para os responsáveis da governança da cidade nos primórdios do século XVI. Pelos decénios subsequentes multiplicaram-se os coches e as liteiras; fidalgos e homens de haveres digladiavam-se na apresentação das mais belas e mais ostentosas carruagens. Íngremes e estreitas, as ruas da cidade não eram propícias ao desenvolvimento progressivo dos meios de transporte. Depois ... depois a malfadada teia de portas e arcos da cidade aglutinou ainda mais as já apertadas e torcicoladas ruas da urbe. Além do alargamento de algumas artérias, como a da Rua dos Ourives da Prata, em 1676, do Beco do Bugio, à Sé, e do Largo dos Lóios, no ano seguinte, a Câmara houve de ordenar, como já em 1619 fizera à da Ribeira, a demolição de algumas portas e o alargamento de outras. Santo André sofreu a sua transformação em 1673, obra esta que se ligou, decerto, com as que foram feitas no mesmo ano nas ruas Nova da Palma e dos Canos, e na própria Rua Nova do Almada. É de 13 de Março a consulta enviada ao Rei pela Câmara: «Senhor: *Uma das maiores serventias e mais publicas desta cidade é a do postigo de St.º André onde os coches têm mui dificultosa volta e, intentando-se alargar o arco da porta, não é possível sem ser com perigo evidente. O remédio mais facil e conveniente será desimpedir a entrada da rua, tirando a porta e o muro que a cobre, porque, no estado presente, não é defesa á cidade, e a serventia é mui util e necessária ao público, etc.*»⁽¹⁸⁾. Dada a necessária autorização régia em 15 do mesmo mês, a Câmara delibera, em sua sessão de 19 de Julho, demolir somente umas *casinhas pequenas* pertencentes a um italiano de nome Francisco Sorini⁽¹⁹⁾.

E a obra fez-se⁽²⁰⁾. Não como se previa, pois somente o arco foi alargado; o muro, esse, resistiu ... e por mais duas centúrias.

★

Em 1910, a Câmara Municipal resolve mandar demolir o arco. Tratava-se, então, de melhorar, no local, a passagem dos carros eléctricos. Presidia à vereação (a primeira vereação republicana eleita ainda no regime monárquico) o historiador Anselmo Braamcamp Freire.

⁽¹⁸⁾ *Elementos*, XX, tomo VII, pág. 441.

⁽¹⁹⁾ *Idem*, tomo VIII, pág. 54.

⁽²⁰⁾ *Idem*.

A opinião pública agita-se; os jornais protestam.

«Quando lá fora — escrevia Júlio de Castilho — tanto se venera o passado, não dê Lisboa mais uma prova do tradicional menosprezo aos seus próprios brasões.»

Comemorava-se nesse mesmo ano o centenário do autor do «Eurico». Castilho, então, exclamava: «Inspire-os a sombra de Herculano».

A Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses⁽²¹⁾ insurge-se, por sua vez, contra mais este atentado à Lisboa histórica e tradicional. O velho arco havia já sido alienado, pelo seu discutível proprietário, à Companhia dos Ascensores Mecânicos. Não obstante, a Câmara não hesita em ouvir o clamor público, a voz dos que, por amor à cidade, defendiam o seu património espiritual e artístico.

Na sessão do Município de 19 de Maio desse mesmo ano foi lido o parecer da Comissão de Viação sobre o pedido da Nova Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa, no qual dava conhecimento de estar em negociações com o respectivo proprietário para demolir o Arco de Santo André. «Sente a Comissão — lê-se no parecer — que a companhia tenha necessidade, para a sua exploração, de apear o arco de St.º André, vestígio duma antiga porta da cerca de D. Fernando. É sempre doloroso ver destruir estas recordações do passado, principalmente tratando-se duma obra representativa do valor e património da população lisbonense. Devemos registar com satisfação e reconhecimento que a Sociedade dos Arqueólogos e o Senhor Julio de Castilho já se manifestaram sôbre o assunto, pedindo à Camara que não consentisse no desaparecimento do vetusto monumento.»

E mais adiante: «O progresso tem as suas exigências e a Camara não deve sem razão bastante e sem que uma forte corrente estabeleça resolver se deve manter uma recordação do prodigioso esforço da antiga população da cidade, ou garantir á actual população todas as comodidades, mas como, mantendo-se a traça da linha do largo de Santo André ao largo da Graça talvez não seja necessário derrubar o Arco e como o prédio da Costa do Castelo n.ºs 110 e 112 está condenado pelos melhoramentos a realizar naquele bairro é possível que a necessidade da viação se concilie com os dizeres da Sociedade dos Arqueólogos.»

Na sessão seguinte⁽²²⁾ foi lido um officio de D. Gertrudes da Conceição Castro Barreiros, no qual declara não pertencer o arco aos Condes da Figueira, mas sim a ela.

(21) Reunião de 18 de Abril de 1910.

(22) 25 de Maio.

A questão arrastou-se. Três anos decorreram. Em Junho de 1913 a Câmara acaba por ceder à insistente impetração da Companhia. Esta vencera; e Lisboa sacrifica mais um dos seus monumentos ⁽²³⁾.

★

A história do velho palácio onde se encontrava a desaparecida porta da cidade está ainda por estudar. É dos edifícios mais antigos de Lisboa, tendo sido habitado, durante quase cinco séculos, por descendentes do seu primeiro proprietário, João de Mendonça, o *Caçõ*.

Mais tarde, já instituído pelos Mendonças o morgadio do Arco de Santo André, veio o palácio a pertencer por entroncamento das duas famílias aos Condes de Figueira.

Nos começos do século o vetusto edifício dos Mendonças de Ave Maria era um dos palácios mais frequentados pela corte. Nele se realizavam as principais festas do Entrudo, a que assistia a Família Real. Pelos seus salões passaram também as primeiras figuras intelectuais de então. Era famoso, ali, o culto das artes literárias ⁽²⁴⁾.

★

Referimos já que em 1910 D. Gertrudes da Conceição Castro Barreiros arrogou a si a propriedade do arco que se encostava ao seu prédio e para o qual tinha um passadiço.

Nesse edifício (actualmente com o número 19-A, do Largo Rodrigues de Freitas) nasceu o mártir da missionação lusiada, há poucos anos exaltado à glória dos altares, S. João de Brito ⁽²⁵⁾?

O Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa

Nesta mesma artéria, por onde temos deambulado em busca de reminiscências do seu passado já longínquo, existiu, até ao terceiro quartel do século XVIII, um dos mais modestos mosteiros de Lisboa, se bem que dos de maior nomeada, que foi habitado sempre por senhoras da mais alta estirpe.

⁽²³⁾ A Associação dos Arqueólogos solicitou então à Companhia dos Eléctricos que mandasse colocar no prédio a que o arco se encostava um baixo-relevo com o desenho da antiga porta da cidade, pedido que nunca foi satisfeito, muito embora houvesse a promessa formal da Companhia. (Informação que nos prestou o falecido Eng. Vieira da Silva).

⁽²⁴⁾ *Cartas de Lisboa*, Malheiro Dias, vol. II, págs. 159 e 273.

⁽²⁵⁾ Ler o trabalho do Dr. Perry Vidal in *Broteria*, vol. XXIII, fasc. 2 e 3, 1936.

De Nossa Senhora do Rosário se chamou primeiramente. Depois, breves anos passados — a verdadeira razão ignora-se — passou a ser conhecido pelo mosteiro de Nossa Senhora da Rosa, ou, na singela sinonímia popular, por Mosteiro da Rosa.

A sua fundação remonta ao ano de 1519. Historiemo-la:

Luís de Brito Nogueira, administrador do Morgado de S. Lourenço, residente no palácio que hoje ainda se ergue no Largo da Rosa ⁽²⁶⁾ e que herdara de sua mãe, Violante Nogueira, casou, em segundas núpcias, com D. Joana de Ataíde, senhora de avultados bens. Sem geração, desejou a ilustre fidalga empregar sua fazenda — cujo principal dote lhe adviera do bispo de Évora, D. Afonso — na fundação de um mosteiro onde abrigasse algumas religiosas da Ordem de S. Domingos e ao qual daria a invocação de Nossa Senhora do Rosário, de quem era devota.

Seu marido alargara já o logradouro e a sua própria propriedade. A Câmara havia-lhe aforado ⁽²⁷⁾ não só a *torre que está sobre o postigo de Sam Lourenço*, mas também o *lanço do muro que vem por ali a baixo*.

Rezam as crónicas — no que não deve haver exagero — que a Luís de Brito não agradara a piedosa e mística decisão de sua esposa. Era natural. O fidalgo administrador dos morgados de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja via, assim, desviada toda a fortuna, que, por sua morte e da de D. Joana, viria a cair na posse dos filhos daquele, fruto do primeiro casamento.

Por temor a Deus ⁽²⁸⁾ e, decerto, pela insistência de D. Joana, Luís de Brito autoriza, no entanto, a fundação do mosteiro. Estava vencido o primeiro embate. *Ambos de mam commua e com efficacia de por mam à obra*, conseguidas as necessárias provisões e licenças, deram princípio à fábrica do novo mosteiro.

Decorria o ano de 1519. Nos dois seguintes, nessa nesga de terreno, a par da torre fernandina de São Lourenço, debruçada sobre o enovelado labirinto de ruelas da Mouraria e de Santa Justa, ergue-se a nova casa hospitaleira das freiras dominicanas.

Estabelecem-se as condições da fundação e a futura manutenção do mosteiro. Escasso de terreno, que não dá proventos ⁽²⁹⁾, sòmente se prevê um número restrito de religiosas: treze. E, mesmo assim, houve necessidade de alargar, com a adição de terrenos adquiridos, o íngreme chão em que assentava a fábrica primitiva.

⁽²⁶⁾ Ler o nosso trabalho *Lisboa das sete colinas*.

⁽²⁷⁾ 1505 e 1508 *Tombo de 1573*, livro 2, fls. 70 a 70 v.

⁽²⁸⁾ Escreve Frei Luís de Sousa (*História de S. Domingos*, tomo III, pág. 72): «Huma noite vira (Luís de Brito) em sonhos ao Padre de S. Domingos, que com gesto crime lhe dizia, que não contrariasse a tenção pia de sua mulher. Era bom christão, tomou o sonho por aviso do Ceo, visto ter encaminhado para serviço de Deos».

⁽²⁹⁾ Fizeram ambos (diz-nos Frei Luís de Sousa, na obra citada, referindo-se a Luís de Brito e sua mulher), sem compromisso, declarando cada hum o que dava. Elle prometeo sua terra, e ordenou, que lhe dissesse huma missa quotidiana rezada perpetua e hum Mosteiro de finados cada semana. Elle, quedava tudo, pedio huma Missa contada noturno cada semana».

21 de Novembro de 1521. Transcorridos eram somente dois anos. Vindas do Mosteiro de Aveiro e de Santarém, chegaram à novel casa conventual de S. Lourenço as quatro primeiras religiosas e mais oito noviças, todas nobres. «E para se prefazer o número do compromisso concorreo no mesmo dia hua matrona nobre viuva»⁽³⁰⁾.

Um novo mosteiro mais se erguera nessa Lisboa seiscentista e conventual.

Vicissitudes e grandezas

Mas o homem põe e ... seu filho dispõe. «Correm os anos, foge a vida, e todos vamos à terra, como água que se some nela, sem mais tornar, nem aparecer»⁽³¹⁾. Luís de Brito era ido já. Fundador do Mosteiro, o enterraram em sepultura nobre e eminente, fronteira à porta principal. D. Joana abandona a vida terrena, «o que era mundo, estado e vaidade» e recolhe-se ao «socego da alma e quietação do corpo».

Estêvão de Brito, filho do instituidor do Mosteiro e de sua primeira mulher, recusa-se ao cumprimento do testamento de seu pai; nega-se a entregar a *terça* religiosa e juridicamente estipulada. E grave problema surge: a manutenção do mosteiro, já então (1551) com trinta e três freiras (de véu preto)⁽³²⁾.

E vieram demandas e argumentos de uns e de outros.

Rodaram decénios; dobraram-se gerações. Sentenças após sentenças e anos se adicionaram a outros anos. Um século preciso termina. Em 1621, «depois de largo e porfiado litígio em que as religiosas fizeram despesas que costumam fazer em largas demandas», e a decisão final recai a favor das dominicanas.

Já então havia sido quase totalmente erguido o mosteiro.

Todo aquele chão, em socalcos e montículos, era terreno movediço e sujeito aos constantes abalos de terra.

Em 1531 novo sismo, bem mais violento, espalha o terror em toda a encosta do Castelo. «Caio o Mosteiro da Rosa», elucidam peremptoriamente os códices de então⁽³³⁾. E tal foi «o impeto da terra e penedia que se receou muito que houvesse o pobre convento de ficar sepultado e nele todas as suas moradoras e, assim, foi necessário desampará-lo».

As servas de Deus foram recolhidas nos Mosteiros do Salvador e da Anunciada.

Os terremotos haviam cessado; o pânico, que tantos anos alastrara, desaparecera alfim e, com ele, «o medo de habitar o pequeno convento». De Santarém foi chamada para priora Madre Guiomar

⁽³⁰⁾ *História dos Mosteiros*, ob. cit.

⁽³¹⁾ Códice n.º 1772, fl. 42 (Bib. Nac.)

⁽³²⁾ *Sumário*, Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

⁽³³⁾ Códice n.º 1772, fl. 42 (Bib. Nac.).

de Castro, «que por ter grande génio e espirito para obras era muito a propósito para um mosteiro que começava de novo».

Datam realmente do final do século XVI e primeiros anos da centúria seguinte as grandes obras de reconstrução do mosteiro e a ampliação da igreja.

Cem anos mais se consumiram. À Madre Brites dos Reis sucedeu Dona Jerónima e, «entre outras cousas importantes, que fez — escreve Frei Luís de Sousa — foy uma, cercar a Costa de bom muro pera guarda e juntamente fortaleza contra o monte.»

Com todas estas obras — acrescenta outro cronista⁽³⁴⁾ — se «achava o mosteyro crecido e adiantado em tudo faltando-lhe sómente graça e largura.» É então que, eleita priora uma prima do Arcebispo Primaz, Frei Bartolomeu dos Mártires, Soror Antónia de Jesus, o convento adquiriu *hua rua inteira de casas* (na actualidade o troço do Largo da Rosa e o início da Rua das Farinhas).

E novas obras — celeiros, atafonas, poço⁽³⁵⁾, casa para lenhas, estrebarias, casa dos confesores e assistência das prioras — se iniciaram então. Dispendiosas e profundas, dada a irregularidade e desnível do terreno.

A adversidade, porém, perseguia, desde a sua fundação, aquela casa de Deus. No dia 18 de Dezembro de 1670 um pavoroso incêndio — provocado por *descuido que houve na sacristia* — consumiu grande parte do edificio e «muyta riqueza que nelle havia», sobretudo o tesouro da igreja.

Mas uma vez mais a devoção e a persistência das religiosas conseguiram não só reedificar o mosteiro, mas ainda ampliá-lo, para o que adquiriram «hua muyto nobre morada de casas». Era já então o convento da Rosa um dos mais bem situados mosteiros da capital, com «larga vista sobre ella e sobre o porto em que (as freiras) veem entrar os navios que a elle chegam e que delle sahem para fora.»

★

Bem modesta e pequenina era, de início, a igreja do mosteiro e, como é fácil de compreender, o sítio (di-lo um dos cronistas da época) «começou em hua costa tão empinada qual he a que vay pera o Castello da cidade, nam pode ter planicie pera nelle se fundar a Igreja grande, nem as posses com que o mosteyro começou podiam deyxar de a fabricar pequena.»

⁽³⁴⁾ *História dos Mosteiros*, ob. cit. Em 1627 ainda toda a encosta se desmoronava. Prova-o a morte de D. António de Almeida causada por uma pedra que lhe deu na cabeça, por cima do mosteiro da Rosa. (*Pedatura*, vol. II, tomo II, pág. 410 e *Livro A de Óbitos*, de Sta. Engrácia, pág. 18).

⁽³⁵⁾ Refere-se Frei Agostinho de Santa Maria à sua existência, em 1696. Esta cisterna foi encontrada nas obras de escavação ali feitas nos meados do século passado.

Destinada a sua clausura sòmente para treze religiosas, pobres seriam as instalações. No entanto, embora limitada, a igreja era valiosa, de arquitectura gótica e portal semelhante ao de Belém, rica mesmo de ornamentos, de dádivas riquíssimas, provenientes de mãos devotas e de promessas feitas após o incêndio de 1670, pelas primeiras famílias do reino.

Tal foi, no decorrer de dois séculos, a ampliação do modestíssimo mosteiro de D. Joana de Ataíde, que, das treze religiosas para que fora construído, passou a abrigar, nos primeiros anos do século XVIII, duzentas e trinta e oito reclusas.

Doas imagens, duas invocações?

A razão primordial que levou D. Joana de Ataíde à fundação do convento foi — além do desejo de que a sua enorme fortuna não caísse na posse dos enteados — a grande devoção a Nossa Senhora do Rosário. Esta seria, assim, a soberana patrona do Mosteiro e, portanto, a principal imagem colocada no altar-mor⁽³⁶⁾.

Mas donde provém, então, a invocação de Nossa Senhora da Rosa? Não o sabemos. Pelo menos já assim era o convento designado dezoito anos depois da entrada das primeiras religiosas⁽³⁷⁾.

Foi a própria imagem levada por D. Joana de Ataíde, ou a que, anos depois (retirada aquela para um dos oratórios do convento), foi colocada no altar-mor⁽³⁸⁾ que deu o nome por que o convento começou a ser conhecido? Incliamo-nos para a segunda imagem, a qual, embora com o mesmo orago, teria sido desde logo designada por Senhora da Rosa. Não confirmará a nossa conjectura o facto de em todos os meses de Maio, na festa de Nossa Senhora, os devotos depositarem nessa mesma imagem braçadas de rosas?

Mais tarde, pelos milagres havidos com essas mesmas rosas, por intercessão de Soror Isabel da Cruz — diz-nos Frei Luís de Sousa — «tantas forão as maravilhas que as Rosas bentas obrarão pelo meyo, e mãos de Soror Isabel, que se o Mosteiro não tivera a invocação de Rosa, ou de Rosario, desda hora que por Dona Joana d'Atayde foy fundado, puderamos dizer que dellas lhe nascera o nome.»

O facto é que o Mosteiro foi sempre designado por «Mosteiro da Rosa», mais ainda do que pròpriamente por «Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa». A própria sinonímia da artéria que ligava o logradouro do palácio dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira (mais tarde Condes de Castelo Melhor) à Costa do Castelo, traduz a

(36) *Santuário Mariano.*

(37) *Relação das Casas Foreiras em 1539 à Igreja de S. Cristóvão,* trabalho do autor.

(38) *Santuário Mariano.*

designação popular do mosteiro, muito simplesmente conhecido pela «Rosa»⁽³⁹⁾.

Não é da mesma opinião do cronista Frei Luís de Sousa o seu continuador na História de S. Domingos, Frei Lucas de Santa Maria. O douto autor dos *Anais de D. João III* afirma, repetimos, que o Mosteiro tinha *desde a hora* em que foi fundado a invocação da Rosa ou do Rosário; Frei Lucas de Santa Maria, esse escreve: «entremos no jardim duas vezes fechado, pelo voto da clausura e pela cautela de observância, florecendo nela as flores delle que justamente lhe deu primeiro o Rosario, depois a Rosa, o nome como emblemas das venturosas Primaveras, etc. ...»

O terremoto de 1755 e o pavor de um novo cataclismo

Vítima, várias vezes, do desmoronamento das terras da encosta abrupta da Alcáçova, imolado aos sismos e ao fogo, o Mosteiro das Freiras de Santa Maria da Rosa, como lhe chamou Brandão, no seu *Tratado*, teve o verdadeiro fim na manhã cruenta do primeiro de Novembro de 1755.

Não obstante as obras de consolidação que haviam sido feitas no fim do século XVI, recaía sobre aquela casa de Deus a ameaça constante resultante do desprendimento da encosta a que se encostava o edifício. O pavor das pobres servas do Senhor era permanente.

Outro mal, porém, sobreveio nessa manhã de Todos-os-Santos. Dos edifícios que então se erguiam nas duas freguesias de S. Cristóvão e de S. Lourenço, o Mosteiro da Rosa foi o mais atingido, se bem que não com ruína total⁽⁴⁰⁾.

Enormes foram, decerto, em consequência do desmoronar ruidoso da escarpa, o susto e o pavor que se apoderaram das religiosas.

Desordenadamente, angustiadas, romperam as freiras a clausura e os votos e procuraram refúgio na casa paterna ou nos domicílios de parentes e, outras ainda, sem família, na barraca que fora erguida na quinta das religiosas dominicanas, a Arroios⁽⁴¹⁾.

(39) 1539: *Travessa q̄ vay da ditta rua das farinhas p.ª a Costa E p.ª Nossa Senhora da Rosa*;

1551: *travessa para Nossa Señora da Rosa*;

1592: *travessa da Rosa*;

1615: *rua d.ª q̄ vay p.ª a Rosa e travessa q̄ vay p.ª o Mosteiro da Rosa*;

1646: *travessa q̄ vay p.ª a Rosa*;

1712: *travessa da Rosa*;

1764-1822: *Calçadinha da Rosa*;

desde 1859: *Beco do Castelo*.

(40) São unânimes os memorialistas que nos falam dos efeitos do terremoto ao descreverem-nos os que sofreram o mosteiro: caíram o tecto da igreja, as paredes do coro, as da torre e as de alguns dormitórios e ainda os muros. Faleceram quatro pessoas.

(41) *Mapa de Portugal*, tomo III, pág. 330.

Três anos depois, reparados os estragos mais profundos e erguidos os muros de suporte, deram de novo entrada no mosteiro trinta e nove religiosas. Porém — e isto não no-lo dizem os códices, nem se lê nos memorialistas, mas adivinhamo-lo nós — na piedosa instituição de D. Joana de Ataíde não mais entraram a calma e o sossego.

O pavor continuava. Eram horas intermináveis de apreensões, de suspeitas terríveis. O Mosteiro da Rosa, convertido sòmente em hospício de três dezenas de religiosas, tinha seus dias contados. Não mais se erguera totalmente. Quando teriam saído as últimas freiras? Não o sabemos.

Gonzaga Pereira⁽⁴²⁾ sòmente nos elucida terem as restantes religiosas sido recolhidas no mosteiro de Santa Joana.

Todo o terreno, uma vez demolido o edifício, ficou foreiro àquele convento. Ainda hoje o atesta uma lápide aposta num dos prédios ali existentes.

F O R E R O

R. C. D. S.

J O A N A

Nada mais existe que nos rememore o templo⁽⁴³⁾ e o recolhimento de Nossa Senhora da Rosa? Inveterado na própria toponímia local, perdura ainda o seu nome. O Palácio da Rosa, o Largo da Rosa, todo o local nos recordam que ali, na escarpa que se alcantila até ao morro do castelo, se erguera uma das mais nobres e mais piedosas casas de Deus.

★

Durante os primeiros anos do século XIX todos os terrenos onde se erguiam ainda as paredes do arrasado mosteiro, passaram a ser conhecidos por *horta* e *cerca das freiras*⁽⁴⁴⁾. Era já o abandono total. Sòmente em 1824 os terrenos foram vendidos.

⁽⁴²⁾ *Monumentos Sacros*, etc.

⁽⁴³⁾ Foram sepultados, na igreja, D. Jorge de Abranches e sua mulher (*Pedatura*, tomo II, pág. 11).

⁽⁴⁴⁾ *Livro IV de Óbitos*, fls. 84, v. e 107, de S. Lourenço.

Em 1833 aparece-nos já o Largo da Rosa⁽⁴⁵⁾, sucessor do adro da Rosa de 1769.

Simple aglomerado de modestíssimas habitações erguidas aqui e além, entre oliveiras, somente a partir de 1880 começaram a surgir alguns prédios. Ali esteve instalada a Associação Popular 1.º de Dezembro de 1640, que tinha então, como presidente, o Visconde de Sanches de Baena⁽⁴⁶⁾.

Em 1895 foi requerida à Câmara licença para se abrir uma rua e construir alguns prédios — «início — lê-se no próprio requerimento⁽⁴⁷⁾ — de uma pequena vila que sem dúvida oferecerá as melhores condições de bem estar e de higiene que não é fácil igualar» —. Assim surgiu a vila do Castelo, hoje existente⁽⁴⁸⁾.

Depois, pelos anos seguintes, foram-se erguendo os restantes edifícios.

Em hasta pública adquiriu, em 1897, no tribunal da Boa-Hora, o Dr. Afonso Xavier Lopes Vieira o terreno — campo de oliveiras — que confinava com o Largo da Rosa. Nele existiam ainda não só algumas paredes mestras do mosteiro, mas também restos de uma edificação construída no próprio ano em que as freiras venderam o terreno. Numa das varandas de ferro podem ler-se ainda as letras L. V. e a data 1824, letras que nada têm de comum com os apelidos Lopes Vieira. São mera coincidência.

Na visita que, numa manhã luminosa de Lisboa — impossível é esquecê-la — fizemos ao *Poeta* que ali viveu e onde veio a falecer, tivemos ocasião de verificar — sempre elucidados pelo seu espírito brilhante, pela voz calma e eloquente que é sortilégio dos grandes homens — que todo o rés-do-chão e sobreloja do prédio são anteriores ao terremoto. Atestam-no as fortíssimas paredes mestras.

Nesse mesmo prédio, onde, durante algumas dezenas de anos, «pela voz inspirada do grande Poeta Nacional, tantas vezes se revelou o espírito da nossa Pátria» — e em cujas paredes as «vieiras» esculpidas, mais do que a leitura de uma simples lápida, nos *falam* ainda desse mestre inolvidável da Portugalidade e, sem dúvida, um dos maiores cultores do espírito lusíada —, nesse mesmo prédio, dizíamos, manteve sua esposa uma escola infantil.

Perto, com entrada pela Costa do Castelo e igualmente em terreno onde o Mosteiro se erguia, funciona também uma obra de bem-fazer: a Obra de Protecção às raparigas.

Cumpr-se, assim, através dos séculos e pela força inexorável do destino, o voto piedoso de D. Joana de Ataíde.

(45) *Livro VIII de Bapt.*, fl. 233, v., de S. Lourenço.

(46) Em 1882 já funcionava na Rua Augusta, 262.

(47) Arquivo da Câmara Mun. de Lisboa.

(48) Ao fundo da vila foi encontrado, quando das construções, o cemitério do mosteiro.

Que não mais esse vocábulo, há quatro séculos e meio vinculado ao local, deixe de existir! O Largo da Rosa é hoje, mais do que uma simples afirmação de saudade, a presença de uma Lisboa distante que o espírito de Alguém impregnou de uma atmosfera de lusitanidade, do mais puro amor à tradição, ao pitoresco e à poesia da própria cidade que aqui nasceu e daqui se expandiu.

★

Em 1869 foi mandado construir, pela Câmara, um muro de suporte «em volta do tanque das lavadeiras» (49).

★

O Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro da C. P. e o Instituto Ferroviário estiveram instalados neste mesmo Largo da Rosa, em 1913.

O Palácio Vila Flor

Na Costa do Castelo, frente ao edifício do antigo palácio dos Condes de Atalaia e Marqueses de Tancos (50), ergue-se um dos mais curiosos prédios de Lisboa. Alcantilado na escarpa que das muralhas do Castelo de S. Jorge descai sobre o casario de S. Lourenço e da Achada, o palácio, hoje conhecido por «Vila Flor», é um edifício que, embora sem história de nomeada, assinala o início das primeiras construções erguidas em redor da antiga fortaleza da urbe.

Construído, decerto, antes do terremoto de 1755, não podemos, contudo, indicar a época em que foi edificado. São bem escassos os elementos que até nós chegaram. Não os possuem também os seus actuais proprietários.

No entanto, pela leitura de algumas notas biográficas, pode-se concluir que o prédio, certamente reconstruído mais tarde, já existia nos primeiros anos de seiscentos. Vejamos a razão do acerto.

Manuel Peixoto Cirne da Silva, fidalgo da Casa Real, que viveu no primeiro quartel do século XVII, herdou de seu irmão o morgadio da Caparica e da Costa do Castelo (51).

(49) *Arquivo Municipal*, 1869-70, págs. 306 e 423.

(50) Já descrito pelo autor na obra *A Freguesia de S. Cristóvão*.

(51) *Bibliografia Nobiliárquica Portuguesa*, vol. III, pág. 201.

Mais nenhum edifício estaria então edificado no local. Era este, portanto, o prédio que constituía o morgadio instituído por um ascendente de Manuel Peixoto Cirne. E a prova existia. Junto da porta do palácio esteve esculpido, até há alguns anos, o brasão dos Cirnes⁽⁵²⁾, onde figurava além do cisne heráldico usado por aquela família, uma cruz.

Manuel Peixoto Cirne era filho de Lourenço Peixoto Cirne, capitão do Rio Grande, a quem seu irmão Domingos, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, vinculou, por escritura de 8 de Janeiro de 1615, com reserva de usufruto e «cabeça de morgado», as suas casas na Costa do Castelo em Lisboa⁽⁵³⁾, para andarem unidas ao morgadio da Quinta da Caparica.

Bem diminutos são os informes sobre a época em que os Cirnes habitaram na Costa do Castelo. Dos registos paroquiais sòmente conseguimos apurar que o Dr. Domingos Ribeiro Cirne ali vivia já em 1612⁽⁵⁴⁾ e nesse prédio faleceu a 7 de Março de 1616⁽⁵⁵⁾.

E nada mais sabemos.

Sòmente em 1739 é apresentado à Câmara um requerimento pelo então proprietário, em que é pedida autorização a fim de se proceder à compra de algumas casas «precisas para poder fazer serventia ao palacio» — palácio, escreve-se na petição, «dos principais da corte, com dificultosa serventia para carruagens grandes»⁽⁵⁶⁾.

Pertencia a propriedade ao Desembargador Paulo José Correia, que ali viveu, pelo menos, até 1753. A 8 de Dezembro de 1746, no oratório do palácio, era baptizado seu filho João, de quem foram padrinhos D. João V e a Rainha⁽⁵⁷⁾.

Por essa época tornara-se o edifício conhecido por *Casas da Costa do Castelo*⁽⁵⁸⁾.

Paulo José Correia, conselheiro do Rei, faleceu na Caparica a 5 de Junho de 1753, mas o *assento* do óbito informa-nos que era ainda paroquiano de S. Cristóvão⁽⁵⁹⁾.

Residia, então também, pelo menos desde 1749⁽⁶⁰⁾, nessas mesmas *casas da Costa do Castelo* o Desembargador Frei Sebastião Pereira de

(52) Informação que nos foi gentilmente prestada pela Senhora Condessa de Vila Flor.

(53) Todos estes bens haviam chegado a Domingos Cirne «por doação que fizera no ano de 1599 Gaspar da Rua Magrisso». Documento cuja cópia nos foi cedida pelo nosso amigo Senhor Conde de Almada, em cuja família, por casamento de D. Maria Francisca de Abreu Pereira Cirne Peixoto com o 2.º Conde de Almada, veio a cair o morgadio.

(54) *Livro I Mixto*, fl. 62, de S. Cristóvão.

(55) *Livro II de Óbitos*, fl. 1032. Foi sepultado na capela-mor da igreja de S. Cristóvão. Em 1619 residia na Rua das Fontainhas o Dr. Jácome Ribeiro Cirne, vereador (*L.º II de Óbitos*, fl. 113, v.), e em 1705 faleceu no recolhimento de S. Cristóvão D. Antónia Peixoto Cirne (*Livro V de Óbitos*, fl. 1).

(56) *Livro de Consultas da C. M. L.*

(57) Foram procuradores o Marquês de Marialva e D. Afonso de Noronha. *Livro VII de Baptizados*, fl. 83, de S. Cristóvão.

(58) Vários assuntos paroquiais.

(59) *Livro VI de Óbitos*, fl. 7 v., de S. Cristóvão.

(60) *Livro VII de Bapt.*, fl. 127, de S. Cristóvão.

Castro. Estaria o edifício já ampliado, constituindo dois prédios distintos?

Que, em 1754, Frei Sebastião era o proprietário do imóvel, não resta dúvida alguma. Como dissemos ao tratar das portas da Alfofa, requer, nesse ano, Pereira de Castro à Câmara o terreno sobranceiro àquelas casas, certamente para alargamento do logradouro da sua propriedade.

Neste prédio, onde vivia com seu sobrinho, o Desembargador José Ricardo Pereira de Castro e vinte e dois criados⁽⁶¹⁾, veio a falecer no dia 19 de Maio de 1755⁽⁶²⁾.

Meses depois... o terremoto, o incêndio, o ruir de milhares de habitações. Teria o secular palácio da Costa do Castelo resistido ao cataclismo? Julgamos que sim, como resistiu igualmente o que lhe fica fronteiro, o palácio dos Marqueses de Tancos.

Os azulejos holandeses que ainda existem numa das salas e na escadaria, atestam a antiguidade do edifício, o que não prova, claro está, que o palácio não tivesse sofrido algumas beneficiações após o terremoto.

Quando deixou de pertencer o prédio aos Pereiras de Castro, igualmente ignoramos. Temos, no entanto, conhecimento de que nesse mesmo ano de 1755, além dos proprietários do edifício, residia também ali Dona Mariana Isabel Maurícia de Sousa, viúva, com sua família e quinze criados⁽⁶³⁾.

Tudo leva a crer, pois, que desde então o prédio era constituído por mais de uma habitação, isto é, o palácio, com entrada nobre, e os pequenos edifícios que ainda hoje se erguem à sua ilharga. Todo este conjunto foi, assim, durante muitos anos — e porque outros não existiam então — conhecido por *casas da Costa do Castelo*.

Sabemos também que depois do terremoto residiu no palácio a família de D. João Luís de Meneses⁽⁶⁴⁾ e que em 1768 era o prédio conhecido por *casas de D. Tristão de Menezes*. No oratório do palácio baptizou nesse ano o Reverendo Paulo de Carvalho Mendonça, então presidente do Senado, uma filha dos donos da casa⁽⁶⁵⁾ e, em 1770, seu irmão Francisco, de quem foi padrinho o Marquês de Pombal.

Nas outras habitações residiram, entre 1759 e 1769⁽⁶⁶⁾: Beneficiado António Tomé Fernandes e sua família; Dr. Caetano da Costa Macedo⁽⁶⁷⁾; Padre Adrião Fambuil; Cónego Rodrigo de Abranches Castelo Branco e o desembargador Filipe de Abranches Castelo Branco, deputado da Mesa da Consciência e Ordens e Provisor do Priorado do Crato, que nestas *casas da Costa do Castelo* faleceu no dia 12 de

(61) Róis dos Confessados de 1755, de S. Cristóvão.

(62) *Livro de Óbitos*, fl. 26, v.

(63) *Róis das desobrigas*.

(64) Pelo menos em 1761. (*Róis das desobrigas*), 1767 (*livro VI de Óbitos*, fl. 104).

(65) Ana (*Livro VIII de Bapt.*, fl. 133).

(66) *Róis das desobrigas*.

(67) *Livro VI de Óbitos*, fl. 61, v.

Setembro de 1760⁽⁶⁸⁾. Igualmente viveu neste prédio, pelo menos desde esse ano, o Doutor Joaquim Salter de Mendonça (com sua família e oito criados), que, quando do terremoto, era prior da igreja de S. Crisóstvão. Salter de Mendonça foi também deputado do Santo Ofício de Lisboa, chanceler da Relação e Ministro da Cúria Patriarcal, Provisor e Vigário-Geral do Grão-Priorado do Crato da Ordem de Malta e ainda delegado de el-rei D. José I e do Cardeal-Patriarca de Lisboa à execução da Bula de Benedito XIV para a reedificação das igrejas de Lisboa⁽⁶⁹⁾.

Embora o registo do óbito o não diga, tudo leva a crer que Monseñor Salter de Mendonça faleceu (1772)⁽⁷⁰⁾ neste mesmo prédio, onde, com toda a segurança, ainda residia em 1769⁽⁷¹⁾.

★

Passam alguns anos. Por toda a encosta, aqui e além, surgem as primeiras edificações. As *casas da Costa do Castelo*, estas de que falamos, já não eram as únicas que se elevavam encostadas à escarpa abrupta que descaía do amalgame de casario e de muralhas mutiladas em que se transformara, então, o vetusto Castelo de S. Jorge.

Em 1783 designaram o edifício por *palácio do desembargador Corregedor do Crime da Costa*⁽⁷²⁾, que era, dizem-nos dois registos paroquiais^(73 e 74) João Xavier Teles de Sousa.

Um outro *assento*⁽⁷⁵⁾, de 1795, alude ao *Palácio da Costa*, onde a 26 de Junho de 1799⁽⁷⁶⁾, faleceu o desembargador Conselheiro José Maria de Brito Bocarra e Castanheda.

★

Alguns anos depois já pertencia o palácio ao Conselheiro João António Rodrigues Ferreira. Nele residia com sua família e doze criados em 1828⁽⁷⁷⁾, ano em que, a 12 de Agosto, foi baptizado, na capela do palácio (tinha então o n.º 30 de policia) um neto, filho de sua filha Maria José da Rocha Ferreira Sequeira Pinto⁽⁷⁸⁾.

(68) Idem, fl. 67.

(69) Residiu também no beco das Farinhas (*Róis das desobrigas*) e no Largo dos Trigueiros (Idem).

(70) Livro VI de Óbitos, fl. 126.

(71) Livro III de Bapt., fl. 153.

(72) Livro VIII de Bapt., fl. 246, v.

(73) Livro VI de Óbitos, fl. 181, v., 1788.

(74) Idem, fl. 231, 1803.

(75) Livro IX de Bapt., fl. 15.

(76) Livro VI de Óbitos, fl. 214, v.

(77) *Róis das desobrigas*.

(78) Livro IX de Bapt., fl. 269.

Por herança, veio o prédio a ficar na posse da família Sequeira Pinto. Em 1890 o Conselheiro Diogo António Correia Pinto faz algumas alterações no rés-do-chão e na sobreloja do prédio⁽⁷⁹⁾. Já então residiam nele várias famílias.

Além dos Sequeiras Pinto — e até quando residiram eles ali? — viveu nele o General Porfírio de Moraes⁽⁸⁰⁾, por volta de 1850 e tal e, uns anos depois, os Condes de Mafra. Foi neste prédio que, em 2 de Setembro de 1866⁽⁸¹⁾, nasceu uma das figuras mais curiosas da aristocracia portuguesa dos últimos tempos, médico e professor erudito, o fidalgo D. Tomás de Melo Breyner.

Seu pai, o general D. Francisco de Melo Breyner, alugara, tempos antes, por ter sido nomeado comandante do regimento de Caçadores 5, aquartelado no Castelo de S. Jorge, o andar nobre do palácio⁽⁸²⁾ dos Sequeiras Pinto.

Anos mais tarde, já depois de terem saído os Condes de Mafra, residiu, no segundo andar (1895-96), o tenente de artilharia Nicolau Tolentino Pereira Homem Teles; no primeiro, uma família de apelido Belo e, no terceiro, José de Mesquita Pinto de Campos⁽⁸³⁾.

★

Em Abril de 1907 foi o palácio adquirido por D. Tomás de Vilhena, Conde de Vila Flor, à viúva de Diogo Sequeira Pinto⁽⁸⁴⁾.

Datam deste ano algumas alterações do prédio⁽⁸⁵⁾, que tinha então o número 18-A e 20. D. Tomás foi viver para o andar nobre e alugou os restantes. Nestes viveram os Condes da Fonte Nova, o banqueiro João Caetano Lopes, o Senador Costa Júnior, Lúcio de Sousa e o erudito investigador Gomes de Brito, em cujo andar (o segundo) se reuniam as primeiras figuras intelectuais de então⁽⁸⁶⁾. Ali faleceu em 1923.

Nas últimas décadas residiram também nestas casas nobres da Costa do Castelo os Marquesses do Lavradio. Nelas faleceu, a 4 de Novembro de 1938, o 11.º Conde de Avintes e, a 9 de Março de 1940, sua mãe D. Maria da Piedade de Saldanha de Oliveira e Sousa, mulher do 6.º Marquês do Lavradio, investigador, Oficial-Mor e Camarista do Senhor D. Manuel II.

⁽⁷⁹⁾ Processo de Obras (Arq. Mun.).

⁽⁸⁰⁾ Informação da Senhora Condessa de Vila Flor. O General Porfírio de Moraes faleceu neste prédio.

⁽⁸¹⁾ *Memória do Professor Tomaz de Melo Breyner*, vol. I, pág. 3.

⁽⁸²⁾ Casa antiga e boa, que ficava quase encostada à muralha (Idem).

⁽⁸³⁾ *Róis das desobrigas*.

⁽⁸⁴⁾ D. Maria Luciana, que então estava arruinada. (Informação da Senhora Condessa de Vila Flor).

⁽⁸⁵⁾ Processo de Obras (Arq. Mun.).

⁽⁸⁶⁾ Recordá-nos o nosso amigo Sr. Leopoldo Ludovice ter ali visto, várias vezes, entre outras figuras literárias: o general Moraes Sarmiento e o escritor Brito Aranha.

D. Tomás de Vilhena, proprietário do palácio, faleceu nele⁽⁸⁷⁾ a 12 de Dezembro de 1932. Aí nasceram suas netas: D. Maria José Benedita e D. Maria Luísa da Conceição⁽⁸⁸⁾.

Na fachada principal do prédio está um painel de azulejos⁽⁸⁹⁾, mandado colocar pelo Conde de Vila Flor. Reproduz a histórica imagem que acompanhava na sua (berlinda) D. Sancho de Vilhena⁽⁹⁰⁾ nas batalhas da Restauração, imagem que está actualmente na capela do palácio.

Um teatro de amadores na Costa do Castelo

A sua história está ainda por fazer. E tantos foram os pequenos tablados que existiram de lés a lés da cidade e constituíam então o primeiro divertimento da Lisboa calma, recreativa e remansosa das últimas décadas do século passado.

Os teatrinhos de bairro! Por eles passaram, em noites de estreia ou de glória, as primeiras figuras do teatro português, «artistas notabilíssimos» — escreve o inolvidável Chaby, nas suas *Memórias*, e acrescenta: «Eram formadas — essas *sociedades de curiosos* — de rapazes com cultura superior à da grande maioria dos profissionais contemporâneos; e escolhiam reportório alevantado, representando com a colaboração das melhores actrizes e sob a direcção dos grandes mestres do Teatro».

De todos esses teatros de bairro, o velho Teatro Taborda, da Costa do Castelo, foi, sem dúvida, o mais representativo, elegante e de maior nomeada. Grande foi o número de artistas da cena portuguesa que pisaram o seu palco, igualmente um dos mais espaçosos de Lisboa.

O Teatro Taborda foi mandado construir por uma sociedade de amadores dramáticos de que faziam parte Jesuíno Francisco Chaves, Augusto Freire Gaspar Moreira, Francisco Homem, Eduardo Casal e Augusto César Vieira da Silva. A este último pertenciam os terrenos que, da Costa do Castelo, descaíam sobre a escarpa da Mouraria.

(87) Ao lado do quarto onde faleceu D. Tomás nasceu seu primo, o Conde de Mafra (informação que nos prestou a Senhora Condessa de Vila Flor).

(88) Sua mãe, D. Maria de Lurdes Correia de Sampaio de Melo e Castro faleceu no palácio no dia 23 de Maio de 1943.

(89) Obra de Jorge Colaço.

(90) Os Condes de Vila Flor moraram, entre outros locais da cidade, na Rua do Norte (1752) (ver *Lisboa de Lés a Lés*, vol. IV, pág. 125); em Palhavã, onde, a 17 de Novembro de 1754, faleceu o 3.º Conde, Martim de Sousa de Meneses Manuel de Vilhena. Em 1776 tinha casas nobres na Rua Direita dos Anjos, «o conde copeiro mor, António, de 51 anos, já viuvo». Ali vivia então, (lê-se na *cópia de relação de família que pediu e se deu ao Juiz do Crime do Bairro da Mouraria João Gomes Ribeiro*, na posse hoje de um particular) com dois filhos, um de 19 anos e o outro de 11, e mais 14 pessoas de família, 7 criados, 6 criadas de escada acima e 7 de copa e cozinha e ainda 7 cocheiros.

Anos depois passaram a viver na Rua Direita de Arroios.

A sociedade foi fundada em 16 de Janeiro de 1870, e, logo no ano seguinte, a 31 de Dezembro, era inaugurada a sala de espectáculos, delineada sobre a mesma traça do teatro das Laranjeiras. A obra foi obsequiosamente dirigida pelo architecto Domingos Parente da Silva; no palco, amplo e de óptima acústica, sobressaíam admiráveis cenários de Rambois e Cinati, que Vieira da Silva adquiriu num leilão da Casa Farrobo.

Conta-nos Sousa Bastos ⁽⁹¹⁾, pormenorizadamente, o programa da noite da inauguração, que não resistimos a transcrever:

O «hino da Sociedade», oferecido pelo professor Augusto José de Carvalho; «A Sociedade aos seus convidados», poesia de José Inácio de Araújo, recitado por Jesuíno Chaves; «O Mundo e o Claustro», drama em 3 actos, de Tomás Lino da Assunção, desempenhado por Jesuíno Chaves, Portulez, Gaspar, Fernando Lima, Veríssimo Borges, Júlio Xavier, Francisco Homem, J. Santos, Libânio Ferreira, António Silva, Maria do Carmo, e Augusta; e as comédias «A gramatica» e «O Morgado».

No dia 2 de Janeiro publicava a *Revolução de Setembro* a seguinte notícia:

«Feliz estreia do ano teve o popular e histórico bairro que conta no seu seio a Costa do Castelo com a inauguração desse elegante templo de arte denominado Teatro Taborda. A sala é lindíssima e espaçosa e são harmónicos todos os acessórios e decorações graças ao fino gosto, enérgica vontade e assiduo trabalho do Sr. Parente, etc.»

★

No velho Taborda ouviram as suas primeiras palmas os dois irmãos António e Francisco Andrade, glórias do Teatro Lírico Português; Fortunato Pinheiro, pai do glorioso artista Chaby Pinheiro, representou nele a peça *Campinos*; e outros nomes da cena portuguesa figuraram também, muitas vezes, nos programas do teatro Taborda, como Carlos Posser, Vitoriano Braga, Higino Augusto Costa Paulino; e amadores como o Marquês de Belas, o Visconde de Trancoso, D. Maria de Noronha e D. Elisa de Meneses, filha do grande pintor Visconde de Meneses. Dois nomes, porém, se avantajavam a todos aqueles: o do extraordinário Taborda, patrono do teatro, e o de José Carlos Santos, outro admirável mestre da cena portuguesa. De autores teatrais ali se representaram peças em «première», algumas dos

(91) *Carteira do Artista*, pág. 473.

melhores escritores de então, como: Baptista Machado, Leite Bastos, Carlos Botelho, Lino da Assunção, Viscondessa de Trancoso, etc.

O Teatro Taborda! Que mundo de recordações!

★

Os anos passaram. Desfizeram-se sociedades; outras se criaram⁽⁹²⁾; novos amadores surgiram.

Verdadeira escola de actores, o *Taborda*, que deixou bem vincado o seu nome na carreira do Teatro, onde muitos valores se revelaram, «constituía, na época — escreve Eduardo de Noronha⁽⁹³⁾ — uma espécie de vestibulo dos grandes templos dedicados principalmente à comédia». À guisa de dinamómetro, os que sentiam dentro de si decidida vocação iam lá experimentar o pulso. De proprietário em proprietário, de inquilino para inquilino, passaram pelo *Taborda* várias Sociedades e Associações. Em 1928 esteve nele instalada a Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Leste e Norte.

Veio depois a Rádio; e é nesse curioso teatrinho da Costa do Castelo que se instala um dos primeiros postos emissores: «Radio Hertz», mais tarde «Radio Continental». Porém, a recordar tanta noite de glória ali vivida pelos mais fervorosos amadores de Teatro, duas lápidas resistiram e se conservam ainda. As datas nelas esculpidas — 16 de Janeiro de 1870 e 31 de Dezembro de 1871 — marcam bem a tenacidade, o esforço, o verdadeiro amadorismo de meia-dúzia de entusiastas do Teatro, numa época em que começavam a revelar-se as maiores figuras da cena portuguesa. Já então Lisboa amava verdadeiramente o teatro. O velho Taborda⁽⁹⁴⁾ testemunha eloquentemente o asserto. É uma página que Júlio César Machado «sentiu» e «viveu», decerto, mas se esqueceu de acrescentar aos seus *Teatros de Lisboa*.

Algumas recordações mais da Costa do Castelo

Ao citarmos as várias sinonímias por que, através dos séculos, foi conhecido o troço da Costa do Castelo entre as portas de S. Lourenço e as de Santo André, cautelosamente apontámos a que nos aparece no *Livro de Lançamento*, etc.: a *rua das casas de Manuel Afonso até*

⁽⁹²⁾ Em 1913 esteve no *Taborda* o Grupo Dramático Joaquim Costa. Antes, em 1905, servia de sede ao Círculo Católico da Imaculada Conceição.

⁽⁹³⁾ *Reminiscências do Tablado*.

⁽⁹⁴⁾ Ao lado do Teatro funcionou, durante muitos anos, uma escola de toureiros, as célebres «tourinhas».

ao Postigo de Santo André. Seria este de facto o referido troço da Costa do Castelo? ou uma das ruelas que desceria da Vila Quente para o postigo de Santo André?

Uma coisa é certa: na Costa do Castelo, ou numa das betesgas que com ela se cruzava, teve suas casas Ana Viegas, e, nelas, oficina o *imprimidor* António Gonçalves⁽⁹⁵⁾.

Pois foi aí — e é este um dos braços de glória da Costa do Castelo — que se imprimiu a primeira edição d'*Os Lusíadas*, em 1572 (a tal do pelicano voltado para a esquerda).

★

Uma página bem triste da história da Costa do Castelo reporta-se ao regicídio.

Refere nas suas *Memorias*, Raul Brandão⁽⁹⁶⁾ que num dos prédios da Costa do Castelo (sabemos ter sido no que encosta à torre de S. Lourenço)⁽⁹⁷⁾ se preparou o monstruoso assassinato do grande português que foi D. Carlos e também o do Príncipe Real. Em duas linhas, simples, mas concludentes, escreve o memorialista: «À reunião célebre do Castelo, onde se decidiu a morte do rei, assistiram trinta pessoas». E, mais adiante: «A reunião, afirma-se, teve lugar na Costa do Castelo. Tomaram parte nela quadrilheiros da quadrilha republicana e de todas as quadrilhas monárquicas.» Por sua vez, o Conselheiro António Cabral⁽⁹⁸⁾ escreve: «Essa reunião, ao que se disse logo em seguida ao regicídio, realizou-se na Costa do Castelo, e foi presidida por um deputado dissidente, geralmente considerado dos mais graduados, depois de Alpoim ...»

Esqueçamos, porém, essa página execranda da história de Portugal e a mais triste da secular artéria lisboeta.

★

Sem os podermos, na sua maioria, localizar neste ou naquele prédio, temos conhecimento de que residiram, entre outros, na Costa do Castelo:

1724 — O padre José da Silveira⁽⁹⁹⁾.

1762 — João Manuel de Sampaio Cabral de Vasconcelos⁽¹⁰⁰⁾.

⁽⁹⁵⁾ *Livro do Lançamento*, III vol., pág. 386.

⁽⁹⁶⁾ 1.º vol., pág. 247.

⁽⁹⁷⁾ Foi construído em 1883 por Joaquim Francisco de Jesus Braga.

⁽⁹⁸⁾ *Os culpados da queda da Monarquia*, pág. 105.

⁽⁹⁹⁾ *Gazeta de Lisboa*, do dia 20 de Abril.

⁽¹⁰⁰⁾ *Livro IV de Óbitos*, fl. 100, de S. Cristóvão.

- 1786 – Juiz do Crime do Bairro do Castelo, Manuel António Pessoa Osório ⁽¹⁰¹⁾.
- 1805 – Luís António Rodrigues de Castro ⁽¹⁰²⁾.
- 1807 – D. Diogo de Noronha e sua mulher D. Josefa Juliana de Mendonça Monterroio ⁽¹⁰³⁾.
- 1823 – José Maria Teixeira de Aragão ⁽¹⁰⁴⁾.
- 1827 a 1830 – Dr. Geraldo Teles da Mota Cerveira (prédio n.º 43);
Desembargador José Manuel de Lacerda (prédio n.º 43);
Desembargador António Joaquim Gouveia Pinto, sócio da
Academia Real das Ciências ^(105 e 106).

★

A Costa do Castelo! ⁽¹⁰⁷⁾.

A rua da minha infância! Vejo-a ainda hoje, volvidas algumas décadas, calma e tranquila, rua simples de aldeia no bulício de uma grande cidade. Em cada nesga, no intervalo de um gradeamento, de uma varanda debruçada sobre o casario, o Tejo descobria-se na plenitude flagrante da sua beleza, rebrilhando em suas águas tranquilas uma poalha dourada e as velas enfunadas, alvinitentes, das faluas e das barcas.

Da minha janela, alcandorada sobre o casario das Pedras Negras, as torres da Sé e o palácio de S. Mamede, a vista perdia-se das fachadas pombalinas da Baixa aos longes da Outra Banda.

Quantas tardes passei, criança ainda, olhos fixos na toalha azul esverdeada do Rio a observar o movimento contínuo das pequenas embarcações que deslizavam do Terreiro do Paço ao Cais de Cacilhas, as fragatas e os grandes vasos de guerra, gigantescos então para a minha mentalidade infantil!... Era este o meu entretenimento predilecto.

Pelo cair da tarde, acorria à varanda do outro lado da casa, sobranceira à muralha do Castelo de S. Jorge.

A voz do *Menino do Castelo* ouvia-se já ao longe.

Era um pobre cauteleiro, disforme, macrocéfalo, com seu traje de cotim, que os soldados, condoídos do seu infortúnio, lhe ofertavam.

⁽¹⁰¹⁾ Livro V de Bapt., fl. 164 v., idem.

⁽¹⁰²⁾ Livro IV de Óbitos, fl. 102, v., de S. Lourenço.

⁽¹⁰³⁾ Livro VI de Óbitos, fl. 240, de S. Cristóvão.

⁽¹⁰⁴⁾ Livro IX de Bapt., fl. 217, v., de S. Cristóvão.

⁽¹⁰⁵⁾ *Róis dos Confessados*.

⁽¹⁰⁶⁾ Na Costa do Castelo, no número 92, esteve instalada, em 1905, a Escola Marquês de Pombal, de que era director José Maria Holbech. No n.º 47 teve também nesse ano a sua sede a Associação Protectora dos Operários. Em 1901 funcionou no prédio n.º 100 a Associação dos Fabricantes de Calçado e a Associação dos Fabricantes de baguetes, galerias e artes correlativas. Em 1890 já existia ali a Cooperativa do Pão «A Persistente», que em 1908 solicitou à Câmara autorização para construir uma camarata para o pessoal.

⁽¹⁰⁷⁾ Ler *Lisboa de Outrora*, vol. III, pág. 219.

Atrás dele, em infrene algazarra, o rapazio do bairro lançava-lhe improperios, motejos, espicaçavam-no. O desgraçado reagia, por vezes, e, numa correria louca, gritando: *ó da guarda*, estabelecia o pânico. Depois de escorraçados, escondidos os garotos nos vãos das escadas e nos becos, o *Menino do Castelo* elevava a voz roufenha. E todo o bairro escutava então:

*Ó meninas desta rua,
Cheguem todas à janela;
Se quiserem ser felizes
É comprar-me uma cautela ...*

E todas as tardes o quadro se repetia ... *O Menino do Castelo!* Como dele me recordo ainda, e já lá vão tantos anos!

Ao tombar a noite, quando no Tejo começavam a cintilar as primeiras luzes e apareciam os tons fosforescentes, verdes e vermelhos, dos faróis do Arsenal e da Outra-Banda, vinha até mim o som estrídulo, compassado, metálico, do *recolher*. Depois, o silêncio, a tranquilidade dulcíssima, quase campesina, o sortilégio de uma estranha quietude de uma rua sem o ruído próprio, o latejar constante das grandes artérias. De quando em quando, pela noite alta, a voz sonora, estridente do guarda-nocturno, *Lá vai!!!*, e o bater compassado, férreo, barulhento, das patrulhas da Guarda Republicana.

De manhã, mal o sol batia nas janelas e o Tejo começava a inundar-se de luz, acordava-me a voz cantante da vendedeira de *fava rica*. E outros pregões se repetiam: *Quem quer figos, quem quer merendar?... A dez-réis o salamim, quem quer azeitonas novas?... Merca o cabaz de morangos!*

Era este o único ruído da minha rua. Tudo o resto era quietação, uma doce paz bucólica, quase irreal, longe da Lisboa gárrula, estridente e trepidante, convulsiva e barulhenta. Serenidade, sòmente entrecortada, de quando em quando, pelo badalar dos sinos de S. Cristóvão e de S. Lourenço, da Sé e de S. Tiago e pelo sibilar longínquo, dos barcos cacilheiros.

Digamos, como Osório de Castro⁽¹⁰⁸⁾, que ali viveu também:

*Ó Costa do Castelo, ó velho Adro da Graça,
Ó Alto, que jamais o Encoberto vê vir,
Por vós, montes, à tarde um fogo rubro passa
De saudade, de glória e de Alcácer-Quibir.*

⁽¹⁰⁸⁾ *Elegia dos Matalotes.*

O PALÁCIO BARCELINHOS

E O SEU ANTECESSOR, O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA

por MÁRIO COSTA

Conferência proferida no Grupo «Amigos de Lisboa», em 26 de Fevereiro de 1959. Esteve patente uma pequena Exposição Documental, desde a época do Convento até à actualidade.

(Conclusão)

Este decantado casarão, que já atingira os píncaros da celebridade, ao ser visitado por dignos representantes da realeza e sua Corte, quando das festividades em alguns dos clubes elegantes, teve no final do século passado a presença da rainha viúva D. Maria Pia e dos soberanos que então presidiam aos destinos de Portugal. Vale a pena contar o acontecimento.

Estava-se no ano de 1898 e os padres irlandeses, a que nos referimos no começo deste trabalho, tinham a sua igreja do Corpo Santo inacabada. Como lhes faltasse ainda muito dinheiro, o bondoso padre Paulo O'Sullivan O. P., há pouco falecido, lembrou-se de promover uma festa de caridade, presidindo à comissão a Rainha-viúva Senhora Dona Maria Pia, sempre pronta a dar o seu real préstimo a iniciativas dessa natureza ⁽⁶²⁾.

A parte central do palácio, que estava devoluta, foi generosamente cedida pela viscondessa de Ouguela e aproveitada para o *Grande Bazar de Caridade*, que se realizou de 11 a 14 de Dezembro, reabrindo no

(62) *Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda, do autor.*

domingo seguinte. Na janela principal hastearam-se as bandeiras portuguesa, francesa, inglesa e italiana. O átrio, os salões laterais, os grandes salões nobres e a escadaria que lhes dava acesso, foram vistosamente engalanados com colchas de seda, cobrejões de cores berrantes e panos de arrás, cedidos por senhoras da sociedade, formando tudo um lindo conjunto, intercalado com lindas plantas ornamentais, cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa, dispostas por todo o recinto, onde se armaram as barracas para venda de *sortes*, flores naturais e serviço de bufete, que estiveram a cargo da Senhora Dona Maria Pia, senhoras do Corpo Diplomático, damas das Rainhas e outras senhoras da aristocracia.

Da comissão fizeram parte as marquesas de Rio Maior e de Unhão; condessas de Sabugosa, das Antas, Tarouca, Bertandos, Coruche, Alcáçovas, Paraty e Burnay; D. Luísa da Cunha Meneses Monteiro, D. Inácia Brederode e D. Maria da Luz Almeida Nápoles; o visconde de Coruche e o conselheiro João Consiglieri Pedroso.

O *Bazar de Caridade* inaugurou-se à 1 hora da tarde, quando chegou a Rainha Senhora Dona Maria Pia, acompanhada pela marquesa de Belas e pelo duque de Loulé; mais tarde, compareceu El-Rei D. Carlos, com o Senhor D. António Paraty e a Rainha Dona Amélia entrou com o Senhor Infante D. Afonso de Bragança. Assistiram todo o Corpo Diplomático e grande número de senhoras e cavalheiros da nossa melhor sociedade.

A *Lanterna Mágica* despertou o maior interesse, fazendo a projecção de vistas de Cascais e retratos da Família Real e S.S. o Papa. E também causou belo efeito a iluminação pelo sistema *Bico eléctrico*.

As Bandas das Oficinas de S. José, Marcial Artística e Recreio Operário da Fábrica Portugal prestaram assinalado concurso durante o funcionamento do *Bazar*; na 2.^a noite, a orquestra do Teatro D. Maria II, regida por Freitas Gazul, deu um excelente concerto; e, para encerramento do certame, um distinto grupo musical, composto de Rey Colaço, Vítor Hussla, Janet e outros, sob a direcção do maestro Sarti, deu realce a um escolhido programa de canto, a que assistiram os principais frequentadores do Teatro de S. Carlos.

O serviço de polícia esteve confiado a 20 guardas do Corpo de Segurança e a um piquete de 10 bombeiros voluntários. O preço das *sortes* foi de 1\$000 réis e pela entrada pagaram os visitantes 50 réis (de dia) e 200 réis (de noite).



Outro aspecto do Palácio Barcelinhos, do tempo do Hotel Universal, contendo todo o corpo lateral que deita para a Rua Nova do Almada

Chegou a altura de entrarmos na intimidade do mais duradoiro inquilino-senhorio do palácio Barcelinhos, aquele que há bastos anos guarda a tradição de grande estabelecimento, num nome bem decorado e propagado: *Grandes Armazéns do Chiado*.

Remonta ao século passado essa legenda alfacinha, adoptada em 1894 pela *Companhia dos Grandes Armazéns do Chiado*, que em 20 de Novembro se estabeleceu com o capital de cem contos de réis, por iniciativa de Luís Bonneville e Emile Philipot. A gerência coube ao primeiro e a Alexandre Roux, que delegaram em A. Philipot as funções de primeiro empregado. O conselho fiscal compunha-se de João Rodrigues da Silva Bastos, António Maria Pereira Queirós de Lacerda e Melo e José Pimenta de Avelar Machado, sendo o primeiro, em 1897, substituído por Joaquim Carlos da Silva Heitor, citado acima, quando demos nota da existência do *Club Português*.

Foi de curta duração a vida desse primeiro estabelecimento, que se apresentou com a divisa « Bien faire et laisser dire » e expondo secções de sedas e lãs para vestidos; confecções e vestidos por modista francesa; mercador e alfaiataria (*coupeurs français*); fazendas brancas de lã e algodão, chapéus para senhora por modista de Paris; rotroseiro com fornecimento completo para modistas; camisaria e rouparia; ourivesaria e joalharia; perfumarias e artigos para «toilette»; luvaria, gravataria e sapataria; roupas brancas para senhoras e crianças; chapéus para homens e artigos de viagem; e louças, vidros e cristais.

Ao tempo, já criavam raízes, os *Grandes Armazéns Grandela*, ocupando o prédio todo da Rua Áurea, n.ºs 205 a 217. E, como estivesse longe a projecção e a celebridade que esses *Armazéns* chegaram a alcançar, o fundador da firma punha em jogo a excentricidade dos múltiplos reclamos que imaginava, atraíndo o público com os artigos de fácil venda, ao preço de saldos... Usava de processos, não concebíveis por qualquer, como este, que propagandeava em 1892: « Às quintas-feiras e sábados, lanches grátis às senhoras e crianças » (63)... Foi assim que Francisco de Almeida Grandela obteve larga popularidade, a que não foi estranho o seu comprovado espírito de filantropo.

Com tão feroz concorrência, o estabelecimento congénere, *Companhia dos Grandes Armazéns do Chiado*, não resistiu e em 1897 viu-se forçado

(63) O *Século* de 13 de Março.

a encerrar o negócio. Talvez porque levou longe de mais, a sua nova legenda: «Vender sempre mais barato que todos»... (64)

Em 1899, ainda havia escritos nas janelas do palácio Barcelinhos, e a firma Nunes dos Santos & C.^a, composta dos irmãos Joaquim Nunes dos Santos (1860-1912) e Abílio Nunes dos Santos (1867-1946), tomou de arrendamento uma pequena parte do andar nobre, onde estabeleceu o seu armazém.

Esta sociedade, constituída com o insignificante capital de seiscentos mil réis, iniciara-se em 1888, numa sobreloja com o n.º 12 da então Travessa de S. Nicolau, dedicando-se apenas à importação de rendas e bordados. Daí transitou para a Rua dos Correeiros n.º 113, 1.º e algum tempo depois tomava também o 2.º andar.

Foi em 1904, uma vez instalada em grande parte do palácio — pagava de renda anual 1.400\$000 réis — que a empresa modificou o negócio, juntando à situação de armazenista a de vendedor a retalho. Entraram dois novos elementos (José Nunes de Oliveira Santos e A. J. Cotrim da Cruz) e a firma, adoptando a denominação de Santos, Cruz & Oliveira, Lda., chamou a si a antiga designação de *Grandes Armazéns do Chiado*, sob a divisa «Ganhar pouco, servindo bem o público».

Os escritórios situavam-se no 2.º andar do n.º 116 da Rua Nova do Almada, na vizinhança do bem conhecido fotógrafo J. Camacho, inquilino mais antigo.

Tendo-se multiplicado as transacções e novamente usando a antiga razão social de Nunes dos Santos & C.^a, em 1912 foram ampliadas as instalações das secções de venda ao público até aos baixos do andar nobre, com ocupação sucessiva das lojas dos lados das Ruas do Carmo e Nova do Almada, em substituição completa dos antigos comerciantes nessas mesmas lojas estabelecidos, e não poucos eram, como vamos ver.

Na Rua do Carmo: n.º 6, Matos & Sanches (venda de flores naturais); n.º 8, Baptista (guarda-chuvas); n.ºs 10 e 12, Macário Morais Ferreira (chá e café); n.º 16, Hotel de l'Europe; n.ºs 18 e 20, E. Laclau (modista); n.º 22, Charles Berard (luvaria).

Na Rua Nova do Almada: n.º 126, António Nunes Ferreira (guarda-chuvas); n.º 124, António Lopes da Costa (guarda-chuvas); n.º 122, Alfredo José do Amaral (chapéus para senhoras); n.º 120, «A Chic» (engomadaria); n.º 118, Viúva de Luís Ferreira & C.a (instrumentos musicais); n.º 114, Joaquim Pedro (sapataria); n.º 112, Henrique Ernesto

(64) *O Século* de 6 de Janeiro de 1897.

Reis Sousa (guarda-chuvas); n.º 110, Ricardo Falcão (postais ilustrados); n.ºs 106 e 108, Pinto & C.^a (chapéus para senhoras).

Do lado da Rua do Crucifixo, em que o edifício abrange os n.ºs 81 a 137, e em cujo n.º 81 os *Armazéns* montaram um elevador privativo, para uso dos clientes, também houve grande número de inquilinos, alguns dos quais foram cedendo as suas instalações ao novo senhorio. Actualmente, apenas quatro lojas estão arrendadas a pessoas estranhas, e as restantes, assim como os pisos superiores, utilizam os proprietários como depósitos e armazéns de artigos do seu comércio e no serviço de recepção e expedição de mercadorias.

Os *Grandes Armazéns do Chiado* que, como vimos, se foram tornando, a pouco e pouco, únicos inquilinos, adquiriram em 1927 toda a propriedade até então na posse dos herdeiros dos barões de Barcelinhos, sofrendo o palácio profundas alterações, inclusive o seu átrio. Respeitou-se, porém, a escadaria principal nobre com o seu lançamento e galeria, como Norberto de Araújo salientou ⁽⁶⁵⁾. No patamar, guardam o seu antigo lugar, duas figuras de bronze, empunhando alabardas, a que se adaptaram globos para a iluminação eléctrica. E, na galeria do andar nobre, vêem-se dois bustos representando os sócios fundadores, o primeiro devido à iniciativa de um grupo de empregados, e o outro por decisão da própria firma.

A gerência, que já muito antes resolvera mandar construir, em toda a extensão do telhado do edifício, um grande terraço envidraçado, para serviço de restaurante, bar, cervejaria e *dancing*, em 1935, no desejo de acompanhar o progresso, estudou a forma de remodelar profundamente os interiores dos *Armazéns*, com a abertura de novas galerias, modificação das actuais e melhor ligação entre todas, substituindo, para comodidade do público, as escadarias por tapetes rolantes e escadas-ascensores de degraus metálicos; instalação de novos ascensores e criação de novas secções em moldes modernos.

Para o embelezamento da fachada do lado da Rua do Crucifixo (porque só essa, como agora, o Município permitia que fosse alterada), abriu-se concurso público entre architectos, e os trabalhos apresentados foram submetidos a um júri constituído pelos srs. José Maria Álvares, presidente da Associação Industrial Portuguesa, Gustavo de Matos Sequeira, ilustre olisipógrafo e Alberto Sá Correia, engenheiro-auxiliar da Câmara Municipal de Lisboa, sendo concedido o 1.º prémio a José Cristiano de

(65) *Peregrinações em Lisboa*, de Norberto de Araújo, livro 12, pág. 89.

Paula Ferreira da Costa e o 2.º a Jean Georges Duracher e Frederico Caetano de Carvalho. Os anteprojectos estiveram expostos nas duas montras principais que olham para a Rua Garrett e pena foi que não se tivesse dado empreendimento à ideia congeminaada (66).

★

Depois de tanta devassa, ainda nos falta encarar o palácio Barcelinhos sob dois outros préstimos. Recordando o primeiro, temos que reentrar no n.º 116 da Rua Nova do Almada — quantos segredos nos revelariam essas paredes, se lhes fosse concedido o dom da palavra! — e aí assinalar o funcionamento, ao redor de 1907, do *Salon Chiado*, que na infância da arte do cinematógrafo, ajudou a divulgar entre nós essa sublime descoberta da ciência. O público chamava-lhe *Animatógrafo dos Armazéns do Chiado*, e, sem nenhuma espécie de exigência, atônito e deslumbrado, assistia à exibição das titubeantes *fitas* que até nós chegavam, não mais esquecendo o entusiasmo com que acompanhou o *Contramestre incendiário*, que obteve grande êxito no *Salão da Trindade*. Foi empresário Francisco Stella, de nacionalidade austríaca, um dos fundadores da Companhia Cinematográfica de Portugal, que promoveu uma série de exhibições, muito em voga na época, só para o sexo masculino. Simultaneamente com o animatógrafo, também realizou alguns espectáculos de canções e duetos, interpretados por dois pequenos artistas, Constança Cruz e Eduardo Teixeira, que tempos depois se apresentaram no Teatro do Arco do Bandeira, dando lugar à formação de uma companhia infantil que foi muito apreciada e aplaudida.

Para citar o outro pormenor anunciado, vamos retroceder no tempo, situando-nos em 1892, ano em que se estabeleceu a *Empresa do Elevador do Chiado* (67), da qual foi 1.º administrador Artur Porto de Melo e Faro (futuro conde de Monte Real), sendo directores, nos últimos anos, Alfredo Lopes de Carvalho, Joaquim Gomes da Silva Rodrigues e José Maria da Silva Rosa. O movimento do público fazia-se entre os n.ºs 115 e 117 da Rua do Crucifixo e o n.º 4 da Rua do Carmo. Ainda funcionava em 1913 e conserva-se na memória de todos os que viveram esse tempo e utilizaram tal meio de deslocação, por um preço infimamente baixo: subida ou descida,

(66) *Diário de Notícias* de 8 de Agosto e 4 de Outubro de 1935.

(67) A *Revista Ilustrada*, no seu n.º 49, de 15 de Abril de 1892, inseriu 4 figuras respeitantes ao elevador do Chiado, prometendo dar, no número seguinte, uma notícia desenvolvida desse melhoramento, mas não a deu a conhecer, o que é muito para lamentar.

10 réis, das 8 da manhã às 11 horas da noite. Bilhetes especiais permitiam a correspondência com o elevador da Estrela. Bastava subir o *Chiado*, um passeio que sempre se faz com prazer, especialmente à hora chique, consagrada ao clássico *carroussel*, onde estadeiam as alfacinhas elegantes, de *linha-saco* e saltos de *pião*...

★

O *Chiado*! Um milhão de coisas estão por detrás dessa palavra mágica, aparentemente tão desprovida de significado especial!



A Rua das Portas de Santa Catarina, hoje Rua Garrett, vendo-se ao fundo o Palácio Barcelinhos

Rua do Chiado chamou-se primeiro, apenas ao troço que principiava na Rua da Cordoaria Velha, que também foi Rua de S. Francisco e por último Rua Ivens. E, numa recordação, evoca-se que foi aí, à esquina da Calçada de Pai de Nabais, representada hoje pela Rua do Carmo, que residiu o taberneiro Gaspar Dias, de alcunha *Chiado*, que nada tem que ver com o poeta António Ribeiro Chiado ou António Ribeiro por alcunha o *Chiado*, contemporâneo de Camões, falecido em 1591.

Em 1859, a Rua do Chiado ganhou em extensão, porque se lhe juntou a antiga Rua das Portas de Santa Catarina. Mas, em 1880, tudo mudou oficialmente para Rua Garrett, precisamente quando decorria o período comemorativo do centenário do genial autor de *Os Lusíadas*, e grande número de admiradores, em petição dirigida à Câmara Municipal de Lisboa (68), ambicionava para essa rua o nome de *Luís de Camões*.

Recorda-se o glorioso Garrett nos cunhais dos prédios da artéria mais elegante e cheia de tradições, mas é por *Chiado* que os lisboetas, mui naturalmente, abreviadamente, musicalmente, continuam a designar o mais expressivo *écran* da cidade, o melhor *cliché* de Lisboa, reflexo vivo do luxo e da excentricidade, da bisbilhotice, da mexeriquice e da maledicência alfacinhas.

O *Chiado* tem foros de grande *burgo* e até de *condado*, com as suas *hostes* próprias, uns cavaqueadores impenitentes, que poisam em lugares selectos, já consagrados pelo tempo. Sem tais consumados *blagueurs*, magníficos cultores da boa laracha nacional e sem a presença pertinaz dos *dilettanti* do passeio diário, dando lustre... e até lustro às pedrinhas de calcário dos caminhos laterais, o *Chiado* diminuir-se-ia, perderia a sua incontestável e incontestada categoria de artéria principal.

Por essa *calçadinha real* desfilam todas as mulheres bonitas — e até as que o não são! —, num louco propósito de exibição. E todos os dias, a horas certas, dão nota de presença, os já raros abencerragens do romantismo, de parceria com literatos, poetas, jornalistas, críticos e alguns profissionais da política, estes lembrando os tempos em que por lá faziam passagem obrigatória certos deputados do antigo regime, a caminho de S. Bento.

Aí se alimentam os gulosos do *diz-se*, os sequiosos do que se adivinha mas se não conhece. Aí saltita a piada mais fresquinha ou as mais espirituosas anedotas, suscitadas por recente acontecimento político; aí se divulga o último escândalo público ou a melhor negociata financeira; aí se fazem transpirar certos segredos de Estado ou se revela o nome de distinto *desempregado* a quem foi distribuída uma boa *concha*, providencialmente vaga...

É tudo isto o *Chiado*! É ele o *autor responsável* da *má-língua* citadina; do que de inédito e sensacional fervilha nesta nossa encantadora Lisboa, que teima em ser linda, apesar de alguns maus tratos que lhe vão dando, na intenção evidente de a tornarem cada vez mais bela!...

(68) Sessão de 7 de Junho de 1880.

Com as palavras de louvor ao nosso pitoresco *Chiado*, que bem pode chamar-se o melhor *salão de passos perdidos*, rematámos o estudo sobre um dos maiores edifícios citadinos, de singular distinção, que também serve de moldura à linda artéria, como bem evidenciou o distinto artista Legrand, numa expressiva litografia que trabalhou em 1844 ⁽⁶⁹⁾.

Pretendemos pôr à prova a maleabilidade dos préstimos, a proficuidade dos cómodos, dessa casa que mantém um lugar à parte entre todas as que pertenceram à nobreza ou a gente endinheirada e hoje está ao serviço do comércio ou da burocracia. Deparou-se-nos uma história ampla e desencontrada que o nosso fraco engenho procurou des-
trinçar, alinhando-a ao nosso modo, confiado em que não nos regatearão a costumada indulgência no que respeita a deslizes, omissões e erros de interpretação.

⁽⁶⁹⁾ *Universo Pitoresco*, vol. 3.º, pág. 178. Neste trabalho reproduzida.



ÚLTIMAS PALAVRAS
PROFERIDAS PELO VEREADOR
DOCTOR EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES
NA SESSÃO DA
EX.^{ma} CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DE 17 DE DEZEMBRO DE 1959
(Última do seu mandato 1955/59)

Senhor Presidente:

Com o poder de concisão, com que Deus me dotou, e o amadurecer de ideias, a que costume sujeitar o que digo, quero, neste meu último ensejo, da missão que não pedi, de representante do Povo e da Cidade, particularmente, no dos «Amigos de Lisboa», não o agrupamento, mas os que desinteressada, leal e ardorosamente amam e servem Lisboa, e que, sinais dos tempos, sobremaneira utilitários, ficam sem representante efectivo nesta casa, casa que ao prefazerem os seus vinte anos, por proposta gentil do nosso actual Vice-Presidente, foram galardoados com a medalha de ouro da Cidade; não quero — repito — deixar de fazer cair na acta, e possivelmente no esquecimento, uma palavra do meu pensamento, acerca dos assuntos sobre que, nos últimos cinco anos, me debruçei.

Talvez, mais demorado, que de uso, mesmo assim, medi, para não exceder muito os dez minutos que a lei me confere, estabeleci alíneas, sinal de que, no decurso das nossas sessões, alguma coisa aprendi.

Os amigos leais, devem dizer tudo e as verdades só; mesmo que amargas, e não cumpriria os deveres que a minha consciência me impõe, se o não dissesse, pensando-os.

Engrenagem, complicada, a desta máquina de administrar a cidade, tem a meu ver, sectores particularmente necessitados de reforma, que a reorganização dos Serviços, que os jornais agora anunciam, e nós não conhecemos, Deus queira remedeie.

Uma reforma, mas uma reforma, a necessária, como Frei Bartolomeu dos Mártires, preconizava para os Cardeais, no Concílio de Trento, uma reverendíssima reforma.

Poderão objectar-me que, o que vou dizer, o deveria ter dito há mais tempo e não agora, que vamos sair. Mas, foi exactamente por isso, o pudor próprio, impunha-me que o preconizasse para outros, como tenho feito, na defesa das prerrogativas e direitos da edilidade.

Com a estrutura legal, actual, esta Câmara Municipal de Lisboa, a que a Rainha Senhora Dona Maria II, conferiu o título de Excelência, tem no actual código administrativo, que o título lhe mantém, quase que exclusivamente o título.

Perdeu toda a sua autonomia, e a sua vereação, eleita pelos representantes dos Organismos locais, é quase simbólica, mera corporação para nela diluir as responsabilidades mais graves, dos actos dos representantes do Governo central, que lhe presidem.

Penso, pois, que era tempo, para, passada a necessidade política de assim ter sido, de lhe serem ampliadas as funções e os direitos, tornando o seu Presidente e os seus Vice-Presidentes a ser eleitos como os Vereadores, e assim, tudo iria bem, e a população tinha ao fim a sua autarquia e o municipalismo, passaria a não ser, mais que uma simples tradição, como ora é.

E era fácil assim ser, como o passo a enunciar em bases soltas que se justificam por si, sem necessidade de preâmbulo:

- a) A Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa, seria composta por quinze vereadores efectivos, eleitos segundo as normas actuais ou outras a estabelecer;
- b) Na sua primeira reunião e sob a presidência do mais velho, seria eleita uma lista tríplice a apresentar ao Senhor Ministro do Interior para ser escolhido o Presidente, que entre os restantes vereadores escolheria os dois Vice-Presidentes;
- c) A cada vereador seria adstrita uma função directiva ou pelouro;
- d) O cargo de vereador seria obrigatório, mas remunerado; (assim se permitiria o acesso a essa função pública de qualquer, que, com possibilidades de preparação, inteligência e saber, não possuísse os meios materiais ou as condições para exercer tal lugar);

- e) Haveria senhas de presença — retribuídas — para os membros das comissões, a que o Código se refere, e não fossem vereadores ou funcionários públicos; a estes seriam pagas as horas extraordinárias, ocupadas no serviço das respectivas comissões;
- f) Aos vereadores, seriam facultados, como é óbvio, gabinetes e transportes privativos e seriam ofertadas as respectivas insígnias, que levariam — no caso de persistir o colar, de que não gosto, nem é tradicional — no reverso gravados os seus nomes e o período dos seus mandatos;
- g) A ordem de precedência dos vereadores, seria sempre referida à antiguidade no cargo e no caso de igualdade à idade;
- h) Seria de recomendar, que de um mandato para outro, fossem sempre propostos pelo menos um terço dos vereadores cessantes (até possivelmente por escolha ou eleição entre os próprios). Prudência curial, muito usada para estabelecer continuidade em muitas agremiações e padrão apregoado da nossa glória e êxito administrativos, que aqui, agora se perdeu, sinal de infeliz incongruência, que para os médicos em patologia nervosa é péssimo sintoma;
- i) Ser elaborado o regulamento necessário, de acordo com as disposições legais, de forma a tornar directa a acção da vereação, sob a orientação da presidência, e não ser mero pró-forma de delicadeza ou condescendência a sua consulta, mesmo em casos transcendentales para a Cidade. Sobre a Avenida, fomos consultados, ouvidos e depois abandonados e esquecidos;
- j) Na lista das entidades votantes para a eleição camarária, ser acrescentada em Lisboa, os «Amigos de Lisboa» lamentavelmente esquecidos até hoje.

Assim, a Câmara seria de facto e de direito a representante da população da Capital e o Presidente e os Vice-Presidentes, eleitos como os vereadores, os únicos e legítimos representantes da Cidade, a quem seriam atribuídos os direitos e as prerrogativas concernentes à função e que a pouco e pouco se têm ido perdendo.

As leis cumprem-se — eu só foco anseios.

Assim, o demonstrou também, a grande maioria dos membros do último Congresso dos Municípios realizado em Lisboa em Maio deste ano.

Julgo Senhor Presidente, neste meu parecer, mais uma vez, agir a bem de Lisboa e do prestígio dos seus representantes.

Só agora, repetirão os críticos, só agora, sim, porque sempre usei servir, sem me servir e fazê-lo sempre de pé, a posição normal do homem.

Resta-me, Senhor Presidente, como fiz na minha primeira intervenção nesta Casa, saudar Lisboa, minha terra e os meus representados, os meus conterrâneos e concidadãos e pedir desculpa de melhor não ter sabido servi-los.

Quer, no geral da minha actuação, quer, no exercício das minhas funções de presidente do júri do Prémio Júlio de Castilho e da Comissão Municipal de Higiene, devo agradecer a quem comigo colaborou, particularmente aos componentes desses Organismos, pela dedicação a Lisboa na sua actuação, que, a par das suas reconhecidas competências, deram azo a obra útil e profícua realizada a tempo, com liberdade de acção e justiça de procedimento. Para eles peço o vosso louvor e agradecimento.

E, para terminar, tenho afinal, ao cumprimentar V. Excelência Senhor Presidente e V. Excelência Senhor Vice-Presidente, este tão nosso, porque foi dos nossos e a V. Excelências Senhores Vereadores, tenho afinal que me desmentir.

Não foi absolutamente gratuita a nossa função, tivemos as flores da Cidade, tão de apreciar, e as nossas amizades, entretidas com o nosso convívio de cinco anos, amizade, estou certo e espero em Deus, perdurará para além do nosso mandato preste a terminar, amizades que não tendo preço, por serem muito apreciadas, são penhor gratíssimo que nos compensam de amarguras, incompreensões e ansiedades nesta nossa missão.

Nesta época e neste mundo de hoje, aumentar cada um de nós o nosso património com tão sólidas e boas amizades é mais um favor a ficarmos a dever ao serviço da cidade a que nos votámos.

Oxalá, os nossos substitutos, a quem cortezmente cumprimento, tenham a felicidade, que no nosso convívio nós sempre usufruímos; voto seguro e sincero que para bem da Cidade e deles próprios lhes fazemos, e nesta saudação, por esta forma feita, homenageio a V. Excelências que comigo saem e aos que vêm substituí-los. É o voto mais grato que lhes posso fazer pelo alto conceito em que tenho esse bem.

Deus proteja Lisboa e ilumine os seus próceres.

Tenho dito.

Lisboa, 17 de Dezembro de 1959.

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

A actividade cultural deste trimestre iniciou-se em 7 de Novembro com a 31.ª sessão dos *Colóquios Olisiponenses*, preenchidos com palestras referentes à visita cultural aos Açores e Madeira, em que usaram da palavra o Secretário-Geral, Doutor Eduardo Neves, que se referiu aos acontecimentos e às recepções feitas aos componentes da excursão, o Dr. Francisco Felix Machado que fez a resenha histórica e evocativa das descobertas das Ilhas visitadas e o Sr. Mário Costa que referiu as suas impressões, de viagem particular, anteriormente realizada, com o mesmo itinerário.

Foi aproveitado o ensejo para a abertura do 2.º Salão Fotográfico dos «Amigos de Lisboa» que apresentava mais de uma centena de fotografias alusivas à visita cultural e aos locais visitados.

Foram distribuídos os prémios aos concorrentes ao Salão atribuídos, por um Júri constituído pelos consócios Srs. Hugo Raposo, Alfredo Ferreira do Nascimento e Mário Costa.

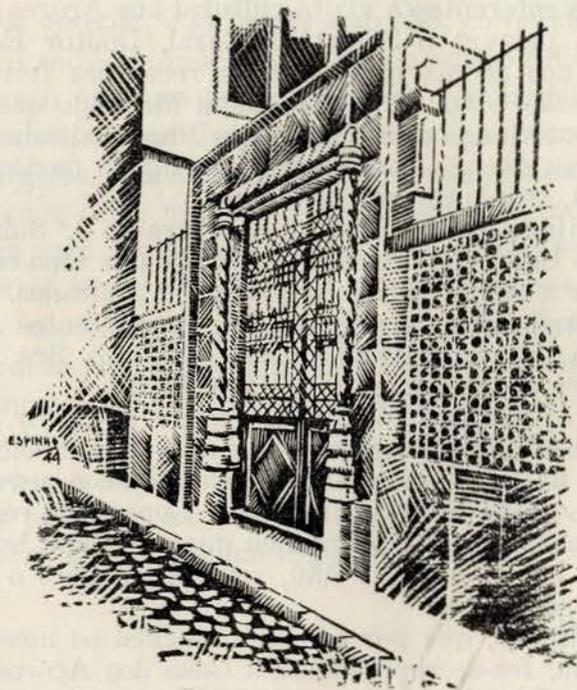
O primeiro premiado foi o consócio n.º 3175, Sr. João de Deus Santana da Fonseca, que recebeu o prémio «Chaves Caminha», oferta do consócio n.º 64 Sr. Manuel Chaves Caminha, o segundo premiado foi o consócio n.º 2649, Sr. Daniel Ricardo Lopes, que recebeu o prémio «Amigos de Lisboa». O Júri concedeu duas menções honrosas «Hors-Concours» aos sócios n.º 27 e 450, respectivamente o signatário e o nosso chefe da secretaria.

Nesta realização, que por completo encheu os nossos salões, com farta assistência, fez-se representar a Casa dos Açores por membros dos seus Corpos Directivos.

À sessão presidiu o Secretário-Geral, que no fim apresentou os filmes que a seguir se exibiram, um do Grupo, da autoria do consócio Caetano dos Reis e o outro, a cores, da autoria do Sr. Gomes Ferreira, filho do nosso consócio do mesmo nome. Referiam acontecimentos da visita.

A 22, também de Novembro deslocaram-se em seis auto carros e vários automóveis cerca de trezentos consócios em visita cultural ao Instituto de Odivelas, instalado no antigo convento das Freiras Bernardas. Dirigiu a visita o Presidente da Junta Directiva Sr. Gustavo de Matos Sequeira, que, no Ginásio do Instituto, fez uma palestra sobre a história do local e do convento. Os visitantes foram recebidos pela Directora Sr.^a Dr.^a D. Deolinda Santos, Subdirectora e suas colaboradoras, tendo a primeira agradecido a visita e feito a história do Instituto que dirige.

Nos dias 5, 6, 12 e 13 de Dezembro, por turnos de cerca de quarenta pessoas cada, foi visitada a Secção de Ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga. A visita foi dirigida pelo nosso consócio e ilustre Director do Museu, Sr. Dr. João Couto, que, em eruditas palestras realçou o valor das peças expostas. Foram quatro notáveis lições sobre história de Arte. E assim terminou a actividade cultural de 1959.





Feira da Ladra

Eduardo de Noronha

«Olisipo» não quer que passe sem um registo especial, a comemoração do centenário do nascimento do bom soldado, do bom escritor, do bom jornalista



e do bom «Amigo de Lisboa» que foi Eduardo de Noronha. Trazido para este agrupamento de devotos da história e da

vida alfacinha, pelo seu amigo Sr. José Francisco de Oliveira, um dos seus fiéis, Eduardo de Noronha soube dar-nos o seu entusiasmo de apaixonado pelos homens e pelos acontecimentos da cidade que ele soube ter nos olhos e no coração.

Perante a casa em que muitos anos viveu e onde arrancou da vida, no Pátio do Tejolo, em 26 de Outubro do ano passado, o brilhante jornalista Acúrcio Pereira, outro seu grande amigo, produziu uma bela oração panegírica. O Brigadeiro António Vitorino França Borges, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, vereadores e altos funcionários do Município deram com a sua presença o maior significado ao acto, e os «Amigos de Lisboa» também lá estiveram lembrando, saudosos, essa figura de alfacinha estreme.

Henrique Marques

No primeiro de Dezembro do ano que acabou, cumpriram-se — cem anos do nascimento de Henrique Marques, o sempre lembrado editor, publicista, jornalista e homem de acção e de cultura que, apaixonado por Lisboa, soube transmitir

aos seus esse amor. Ambos os seus filhos ingressaram no nosso Grupo, e Henrique Marques Júnior, já falecido também, foi um dos nossos mais entusiastas colaboradores, membro dos corpos gerentes e presente sempre em todas as manifestações desta legião de defensores das tradições e dos progressos da capital.

À sua memória aqui deixamos o nosso ramo de saudades.

O Metropolitano

EM 29 do último mês do ano que acabou inaugurou-se em Lisboa o Metropolitano, e esta inauguração constituiu, sem dúvida alguma, um acontecimento cidadão que há que registar. O futuro provará os serviços que o novo meio de transporte irá prestar à população, e, possivelmente, irá contribuir para o estudo e execução das novas linhas que se projectam, para completar a rede de comunicações subterrâneas que tendem a melhorar a vida, no seu movimento de deslocação cada vez mais apressado. O que há imediatamente que louvar são as excelentes instalações que se constituíram, onde a utilidade não pôs de lado o «bom gosto». O acto inaugural foi uma verdadeira festa e a abertura para todo o público outra festa alfacinha, cheia de novidades e de curiosidades. O ano de 1959, teve um «terminus» festivo, e tudo quanto alegre, interesse e facilite a vida lisboeta, diante do espectro do trânsito, que é o problema número um dos grandes centros populacionais, vale um parabém rasgado.

Veremos como o Metropolitano ajudará à sua solução.

Os Quiosques de Lisboa

DATA de Janeiro de 1869 a introdução na capital, com aprovação do Município, dessas pequeninas formas de arquitectura, populares e utilitárias, de origem oriental, e deve-se uma tal iniciativa a Tomás de Melo, uma curiosa figura da Lisboa de ontem, associado com Porto Miguéis.

Essas lojecas de pequeno comércio, que se destinaram principalmente à venda de tabacos, refrescos, jornais, revistas e lotarias, espalharam-se pelas principais praças e largos da cidade. Lisboa chegou a possuir 34 e só no Rossio se contavam seis desses quiosques, em cuja construção se especializou a antiga casa J. Lino, depois J. Lino & C.^a, estabelecida com estância de madeiras, materiais de construção e carpintaria mecânica. O fundador da firma era pai do architecto Raúl Lino, artista de rara concepção, o mais «português» de todos os architectos portugueses da sua geração.

De entre os vários quiosques alfacinhas, teve um sombrio destaque o que se situou em frente à Calçada do Carmo, ponto preferido para a reunião de anarquistas e outros políticos avançados, em combinações revolucionárias. A turbamulta lançou-lhe fogo, em 10 de Junho de 1913, após o rebentamento de uma bomba lançada da *passarelle* do elevador do Carmo, sobre o povo que se incorporava no cortejo cívico em honra de Camões. Esse quiosque denominava-se «Elegante», mas o público, na sua gíria própria, chamava-lhe «A Bóia», e com esse nome entrou no vulgo. Foi reconstruído e manteve-se no seu lugar, até que a picareta o levou dali, como aos seus

parceiros de desdita, quando das obras de modificação do traçado do Rossio. Os do Terreiro do Paço, que também vendiam peixe frito, azeitonas e outros petiscos, foram retirados em Dezembro de 1928.

«O Século», o primeiro jornal português que criou sucursais em Lisboa, para venda das suas publicações e recepção de anúncios, com *placard* noticioso das últimas ocorrências nacionais e estrangeiras, tendo inaugurado essa sua iniciativa numa loja da Praça de D. Pedro IV, irradiou depois para outros locais, instalando-se em casas situadas nas Ruas Direita do Grilo, do Conde de Redondo, da Junqueira, de José Estêvão, das Amoreiras, da Graça, dos Anjos, de S. Sebastião da

Pedreira, Largo do Terreirinho e Praça do Duque de Saldanha; e, finalmente, fixou igual serviço em quiosques que mandou construir na Praça do Comércio, Praça do Príncipe Real, Largo do Rato, Largo da Estrela, Largo do Museu da Artilharia e Largo de Alcântara.

Na parte central da Baixa, apenas a nossa primeira avenida, «a menina bonita de Lisboa», que ainda vemos tão sèriamente desclassificada, conserva alguns desses exemplares, agora desacompanhados do que se situava em frente do *Café Palladium*, há bem pouco tempo apeado.

M. C.



ACÇÃO CULTURAL

Durante o ano de 1959

COLÓQUIOS OLISIPONENSES

Janeiro

- 22 - Com a colaboração do Presidente da Junta Directiva Sr. Gustavo de Matos Sequeira que se referiu largamente à maqueta da Lisboa Velha, cuja construção dirigiu, e que foi então colocada, em exposição permanente, no Castelo de S. Jorge.

Março

- 12 - Com a colaboração do consócio Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento que dissertou sobre «Um sonho e caminho da realidade — a Ponte sobre o Tejo».

Abril

- 23 - Com a colaboração dos consócios Srs. Dr. Amadeu Ferreira de Almeida e Mário Sande Freire que se referiram, respectivamente, a alguns problemas citadinos e a arruamentos da capital.

Junho

- 18 - Com a colaboração do consócio Sr. Luís Bonifácio que se ocupou de «Quillard, pintor de Arte em Lisboa».

Novembro

- 7 - Com a colaboração do Secretário-Geral Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves e do consócio Sr. Francisco Felix Machado que dissertaram, ambos, a propósito da visita cultural aos Açores e Madeira, e Mário Costa sobre impressões pessoais duma sua recente visita àqueles arquipélagos.

EXPOSIÇÕES

Abril

- 4 - *Exposição de maquetas de cartão de construções antigas de Lisboa*, trabalhos do nosso consócio Sr. Luís Bonifácio.

Maio

- 16 - *Exposição de miniaturas de chapéus regionais portugueses*, trabalhos do nosso consócio Sr. Carlos Gonçalves, e de bengalas antigas das colecções de alguns dos nossos associados.
- 30 - *Exposição Biblio-iconográfica*, sobre o Chiado, organização do nosso consócio Sr. Mário Costa.

VISITAS DE ESTUDO

Janeiro

- 25 - Às instalações da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, dirigida pelo secretário-geral daquela instituição Sr. Dr. Júlio Gonçalves.

Fevereiro

- 1, 7, 8, 14 e 15 - À *Exposição dos Museus da Cidade*, no Museu Nacional de Arte Antiga, dirigida pelo Director do Museu e nosso consócio Sr. Dr. João Couto.

Março

- 22 - Às *Quintas da Torre e da Bacalhoa*, em Azeitão, dirigida pelo nosso consócio Sr. Eng. João dos Santos Simões.

Abril

- 5 - Repetição da visita às *Quintas da Torre e da Bacalhoa*, e Igrejas de Azeitão, para outros associados, também dirigida pelo nosso consócio Sr. Eng. João dos Santos Simões.
- 26 - Aos *Museus dos C. T. T.*, na Rua das Picoas e na Avenida Fontes Pereira de Melo, dirigida pelos funcionários dos CTT Sr.^{as} D. Maria da Glória Pires Firmino, D. Josefa Crespo Carinhas e Sr. Francisco Maçaroco Guapo.

Maio

- 3 - ao *Museu dos CTT*, na Rua Castilho, dirigida pelos funcionários dos CTT, Sra.^a D. Maria da Glória Pires Firmino e Sr. Alberto Serra.
- 24 - Ao *Museu Arqueológico e Ruínas do Carmo*, dirigida pelo Secretário-Geral do Grupo Sr. Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves.

Junho

- 28 - A Aveiro, por ocasião das suas festas milenárias, e para visita ao *Túmulo da Infanta Santa Joana*, natural de Lisboa, e às *Fábricas Aleluia*.

Julho

- 12 - Aos *Jardins e Palácio Fronteira*, dirigida pelo nosso consócio Sr. Dr. José Cassiano Neves.
- 23 - Início da viagem cultural aos *Açores e Madeira*, com visita a todas as Ilhas, e regresso em 7 de Agosto.

Novembro

- 22 - Ao *Instituto de Odívelas*, instalado no antigo convento das Freiras Bernardas, dirigido pelo presidente da Junta Directiva Sr. Gustavo de Matos Sequeira e pela Directora do Instituto Sr.^a Dr.^a D. Deolinda Santos.

Dezembro

- 5, 6, 12 e 13 - À *Secção de Ouriveraria*, do Museu Nacional de Arte Antiga, dirigida pelo nosso consócio e Director do Museu Sr. Dr. João Couto.

CONFERÊNCIAS

Fevereiro

- 26 - O *Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira*, pelo nosso consócio Sr. Mário Costa.

Junho

- 4 - O *Chiado — seus leões e seus brasões*, pelo nosso consócio Sr. Mário Costa.

OUTRAS REALIZAÇÕES

MAIO-JUNHO

- 24 a 10 - Participação na Feira do Livro, a convite do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros de Portugal.

Novembro

- 7 - 2.^o *Salão Fotográfico «Amigos de Lisboa»*, dedicado exclusivamente às fotografias tiradas durante a visita cultural aos Açores e Madeira pelos nossos consócios que participaram na mesma.

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS
À VENDA NA SEDE



VARIA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
A cor de Lisboa	13\$50	15\$00
Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34 e 43)... cada, dos que existem,	18\$00	20\$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

DR. ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13\$50	15\$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13\$50	15\$00
O Quartel de Campolide	13\$50	15\$00
O Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13\$50	15\$00
A Torre do Bugio	18\$00	20\$00

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja do Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
O Campo de Santa Clara	13\$50	15\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
------------------------	--------	--------

DR. EDUARDO NEVES

Homenagem a Matos Sequeira... ..	13\$50	15\$00
Uma recordação sebástica no Sítio da Luz	18\$00	20\$00
Dos selos pendentes do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — Um notável selo de 1580	15\$00	20\$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	13\$50	15\$00
--------------------------------	--------	--------

P.ª FRANCISCO LEITE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes	13\$50	15\$00
Alvorço na Lisboa setecentista	13\$50	15\$00

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras... ..	22\$50	25\$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27\$00	30\$00
Três Touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Guia do Olisipo n.ºs 1 a 11 cada	7\$50	8\$00
» » » n.ºs 12 a 21 cada	9\$00	10\$00
Visite Lisboa, 6.ª ed.	81\$00	90\$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital	54\$00	60\$00
Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º vols. cada	135\$00	150\$00
Idem, idem, 6.º vol.	162\$00	180\$00
Lisboa das sete colinas	36\$00	40\$00
Lisboa vista em 5 dias	13\$50	15\$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
D. Gilberto	13\$50	15\$00

GODOFREDO FERREIRA

Um ricaço lisboeta do século XVII	13\$50	15\$00
--	--------	--------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9\$00	10\$00
Lisboa (Comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
-----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém	27\$00	30\$00
---------------------------	--------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
--------------------------------	--------	--------

LUÍS MOITA

O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses	7\$00	7\$50
--	-------	-------

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina	6\$70	7\$50
A Rua das Canastras	7\$20	8\$00
Críticas, Correções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje» do Sr. Paulo Freire	9\$00	10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da Freguesia da Sé	9\$00	10\$00
Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX	4\$50	5\$00
--	-------	-------

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama	18\$00	20\$00
--------------------------	--------	--------

DR. MANUEL VICENTE MOREIRA

O Problema da Habitação	27\$00	30\$00
--------------------------------	--------	--------

MÁRIO COSTA

Duas facas de mato notáveis	13\$50	15\$00
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18\$00	20\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra	9\$00	10\$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica	13\$50	15\$00
O Sítio de Santo Amaro	18\$00	20\$00
O Palácio do Manteigueiro	18\$00	20\$00
Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda	45\$00	50\$00
O Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira	18\$00	20\$00
A Patriarcal Queimada — Uma síntese da sua história	18\$00	20\$00

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça	13\$50	15\$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém	45\$00	50\$00
A propósito da inscrição sepulcral do fundador da Ermida de N. S. da Oliveira de Lisboa	18\$00	20\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente... ..	9\$00	10\$00
---------------------------------------	-------	--------

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edificação citadina	9\$00	10\$00
--	-------	--------

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense... ..	45\$00	50\$00
A Quinta da Torrinha ao Vale do Pereiro	18\$00	20\$00

TINOP

Lisboa de Outrora, 2.º e 3.º vols. cada	13\$50	15\$00
--	--------	--------

POUSADAS DE PORTUGAL

PARA se reconhecer a verdadeira face de Portugal e as suas belezas reais, nada mais indicado do que um circuito pelas suas tão características Pousadas de Turismo.

Situadas nos pontos mais pitorescos do País, decoradas e mobiladas ao gosto local, com saborosa e variada comida regional — dentro da melhor tradição portuguesa — as Pousadas oferecem generosamente ao viajante, por preço excepcionalmente módico, o conforto e a intimidade de uma casa particular, onde ele tem sempre a certeza de encontrar o tradicional acolhimento português, que é a expressão do próprio País.

Ao falar-se do turismo português, não pode, em verdade, ignorar-se o que representa no seu desenvolvimento a criação desses típicos albergues de ambiente agradável e acolhedor.

Lugares de repouso, de tranquilidade, eles representam incontestavelmente uma das realizações mais interessantes da actividade do turismo nacional.

Fo o que é também notável e merece que se divulgue, é que o exemplo destes pequenos estabelecimentos, a sua lição de bom gosto, foi rapidamente compreendida e seguida pelos industriais de hotelaria. Resultou, assim, que muitos pequenos hotéis de província construídos ultimamente, foram já levantados ao jeito das Pousadas, copiando o seu estilo — tudo o que nelas é característico: claridade, limpeza e conforto.

Alcançou-se desta forma e com pleno êxito o objectivo em vista pelo Estado: estimular o desenvolvimento da indústria hoteleira, elevar o nível do bom gosto, tornando assim mais agradável, mais acolhedora a tradicional hospitalidade da terra lusitana.

Pousada do Barão de Forrester

ALIJO

Situação: Na estrada do Pinhão a Murça. A 45 kms. de Vila Real; a 3 kms. de Sabrosa; a 16 kms. do Pinhão e a 26 kms. de Murça.

Pousada de Santo António

SERÉM — MOURISCA DO VOUGA

Situação: Lugar de Serém, freguesia de Macinhata do Vouga (Águeda) junto à Estrada Nacional n.º 1 (Lisboa-Porto), 0,500 kms. ao norte da ponte sobre o rio Vouga.

Pousada de São Lourenço

SERRA DA ESTRELA — MANTEIGAS

Situação: Na Serra da Estrela a 3 kms. das Penhas Douradas; a 24 kms. ao sul de Gouveia e a 14 kms. ao norte de Manteigas.

Pousada do Castelo

ÓBIDOS

Situação: A 6 kms. de Caldas da Rainha e a 11 kms. do Bombarral.

Pousada de São João Baptista

BERLENGA

Situação: Na Ilha da Berlenga.

Pousada de São Martinho

ALFEIZERÃO

Situação: Ao Km. 229 na estrada de Lisboa ao Porto, em Alfeizerão — entre Caldas da Rainha e Alcobaca — junto à estrada, na rampa de Alfeizerão.

Pousada de Santa Luzia

ELVAS

Situação: Fora das muralhas de Elvas, a 200 metros da cidade, junto à Estrada Nacional de Lisboa a Badajoz.

Pousada de São Tiago

SANTIAGO DO CACÉM

Situação: Junto à Estrada Nacional, na descida para Santiago do Cacém.

Pousada de São Brás

S. BRÁS DE ALPORTEL

Situação: Na Serra do Caldeirão, junto à Estrada Nacional, a 12 kms. ao sul do cruzamento do Barranco do Velho e a 2,500 kms. ao norte de S. Brás de Alportel.

Pousada de São Gonçalo

SERRA DO MARÃO — AMARANTE

Situação: Entre Amarante e Vila Real, no lugar da Bela Vista, perto do Alto do Espinho, no limite do distrito do Porto, a 885 m. de altitude.

Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO
CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26 06, de 23 de Novembro de 1935,
ao qual compete fomentar a Indústria da Pesca do Bacalhau

COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE



SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

CAPITAL E RESERVAS
289 MIL CONTOS

CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS

Sede: Largo do Corpo Santo, 13 - Lisboa - Tel. 2 03 81

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

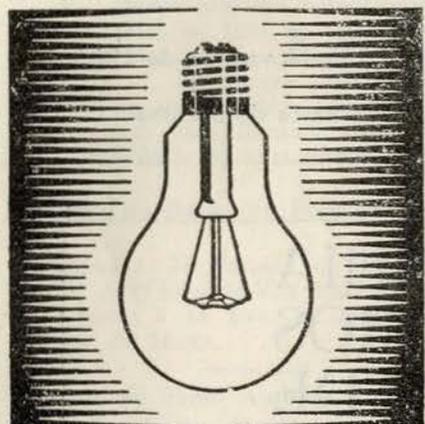
Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7

Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA

LUMIAR



A MAIS DURADOURA



CAMILO
CASTELO
BRANCO

O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

30 VOLUMES

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

CAMILO

Edições de

Parceria António Maria Pereira

RUA AUGUSTA, 44 A 54

Telef. 31730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

COMPRAMOS

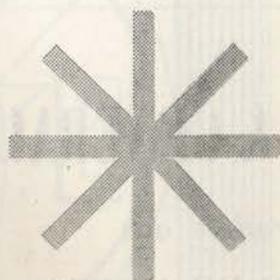
LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58 • Telef. 28663 • LISBOA

**SEGURO
POPULAR
DE VIDA**



50\$00
por mês

companhia de seguros

IMPÉRIO

rua Garrett, 56-Lisboa

**RAMOS
AFONSO
& MOITA**
LIMITADA

OFICINAS
GRÁFICAS

Composição manual e mecânica. Impressão rápida.
Encadernação. Livros, Revistas, Magazines, Im-
pressos comerciais e burocráticos. Livraria. Papelaria

LISBOA, 2—S. Vicente de Fora—R. Voz do Operário, 8 a 16

A
LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contratos de seguros

Capital e Reservas:

350 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

**FREDERICO
D'ALMEIDA**

**ENCADERNADOR
DOURADOR**



Rua António Maria Cordoso, 31
(ao Chiado)

Telef. 20 10 7

LISBOA

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

COORDENAÇÃO GÁS/ELECTRICIDADE



APRESENTE-NOS OS SEUS PROBLEMAS...

quando tiver de fazer quaisquer projectos de iluminação, aquecimento, refrigeração, cozinha ou águas quentes ...
... ou se veja perante outros problemas sobre aplicações do gás ou da electricidade (domésticos, comerciais ou industriais).

Não hesite em recorrer à colaboração dos nossos Serviços Técnicos.

Os nossos Engenheiros, as nossas instalações e a nossa experiência estão sempre ao seu dispor.



GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 663177/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 14 a 24

LISBOA

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo

70

Telefones: 30582 - 30583 - 28220

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

Casa Maciel, Lda.

CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Industrial Portuguesa

FABRICANTE DE
LANTERNAS

em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 22451

63, Rua da Misericórdia, 65 - LISBOA



Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

RONDA DOS BAIRROS



ALVALADE

SE é certo que Lisboa sente verdadeiro orgulho em se rever nas ruas pitorescas dos velhos bairros, também é verdade que esta formosa Capital de um grande Império se não deixou ficar estática, indiferente ao progresso que categoriza as modernas urbes.

Procurando novos horizontes, na conquista de espaços onde possa abrigar a sua população sempre crescente, Lisboa culminou em Alvalade uma época de evolução urbanística que ficará, na história lisiponense, a testemunhar a visão, sensibilidade, trabalho e espírito empreendedor, dos homens do nosso tempo.

Construído em meia dúzia de anos, o bairro de Alvalade caracteriza-se, principalmente, pela harmonia de todos os pormenores, adivinhando-se, nas mais pequenas coisas, o alto mérito do plano de conjunto que o precedeu.

Quem, por consequência, quiser conhecer uma Lisboa diferente daquela a que nos habituámos, uma autêntica cidade nova orgulhosa do presente em que vive, em Alvalade a encontrará, sorrindo alegremente para o Futuro.

O Bairro de Alvalade é servido pelas carreiras de «eléctricos» n.º: 2 e 2-A; e pelas de autocarros n.º: 1, 17, 21 e 27.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

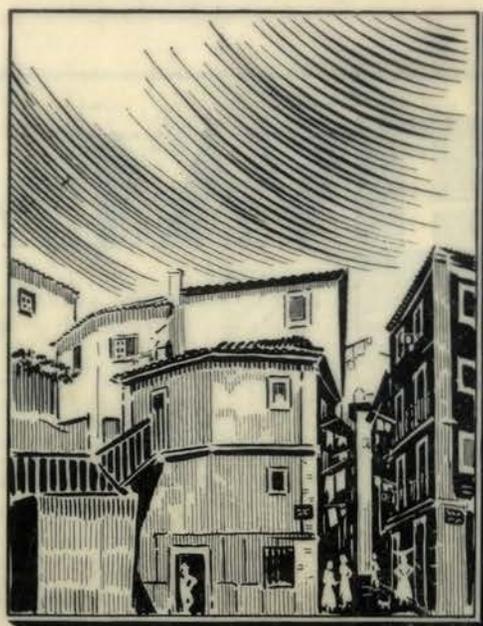
LUABO

e

MARROMEU

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL